

FUNDO CEMAP
LP 101155

MULHERIO

ANO 2 - Nº 7
MAIO-JUNHO 1982
Cr\$ 100,00



ATENÇÃO! MULHERES TRABALHANDO

Feminismo e política

Os grupos feministas devem ou não participar de congressos sobre mulher patrocinados por partidos políticos? Qual é a relação entre feminismo e política? E as federações, devem ser criadas já? Neste número recebemos três cartas — de Belo Horizonte, Belém e Imperatriz (MA) — que abordam, de uma maneira ou de outra, o problema.



Minas: "Não queremos perpetuar a opressão"

O Centro de Defesa dos Direitos da Mulher (CDM) não participou, este ano, da coordenação do Encontro da Mulher Mineira, realizado a 8 de março. Fomos solicitadas, por diversas entidades, a expor os motivos que nos levaram a adotar tal atitude. Acreditamos que esses esclarecimentos possam abrir um saudável debate no movimento de mulheres de Minas Gerais.

As divergências que temos com as organizadoras destes Encontros começam desde a fase de sua preparação. Dizem respeito a uma questão que pode, à primeira vista, parecer banal mas que acarreta consequências de extrema importância: quem organiza um Encontro de Mulheres? Para as coordenadoras a resposta é simples: "quem quiser". Para nós, a organização de um Encontro de Mulheres deve ser uma tarefa de entidades que efetivamente tenham um trabalho com mulheres: setores femininos, grupos feministas e organizações que desenvolvem programas, campanhas e lutas do interesse específico da mulher.

A composição da coordenação da forma como ela vem se dando, provoca distorções que se refletem na escolha do temário, no encaminhamento dos debates nos "grupos de trabalho", na organização da plenária e no sistema decisório.

Em relação a este último, o CDM e outras organizações de mulheres tiveram seu voto completamente diluído pela presença majoritária, na Coordenação, de entidades não representativas. Com todo o respeito à luta que vêm travando por suas respectivas categorias, não nos parece legítimo que, não estando engajadas efetivamente no movimento de mulheres, decidam sobre seus destinos.

Quanto aos temas discutidos nestes Encontros, parecem, à primeira vista, altamente relevantes para a mulher. Acontece, porém, que a maneira de encaminhar a discussão vai ficando cada vez mais longe da gente.

Assim, por exemplo, no grupo de trabalho "Mulher e Política" somos orientadas para discutir a participação da mulher nos partidos e sindicatos e jamais a

organização de um movimento autônomo que focalize seus problemas específicos. (...)

Acontece que a coordenação do Encontro julga que política é aquilo que se faz só nos partidos e quando muito nos sindicatos. Nós acreditamos que todo grupo social oprimido que se organiza e luta para acabar com sua opressão está fazendo política, como é o caso das associações de bairro, movimento negro, movimento feminista, movimento dos homossexuais e outros.

No encontro do ano passado, tivemos que suportar na plenária mais de três horas de discussão sobre a justiça ou não da luta pela Constituinte. (...)

No grupo de trabalho "Mulher e Sexualidade" recebemos uma lista que propunha discutir o fenômeno da prostituição, da violência e da insatisfação sexual: o 1º, entendido como resultado do desemprego, o 2º, com o resultado do capitalismo e da ditadura e o 3º, como resultado das condições precárias de habitação.

Acreditamos que, embora a prostituição possa crescer com o desemprego, este último não cria em si o fenômeno da prostituição. Ela é sobretudo o resultado da constituição ideológica e moral da nossa sociedade que, para preservar a "santidade" da maioria das mulheres, especializa outras no comércio do sexo, fragmentando a sexualidade feminina em maternidade para as "santas" e "promiscuidade" para as prostitutas.

Quanto à violência contra as mulheres, acreditamos que ela não é resultado imediato da situação política nem mesmo do regime econômico de produção. O fato da violência ser canalizada no espancamento, estupro e assassinato de mulheres, nos faz perguntar: "será que existe algo específico à condição da mulher que a torna alvo tão cotidiano da violência?" Acreditamos que sim. Esta especificidade é justamente a fragilidade do seu papel social, a sua posição submissa e impotente frente à supremacia masculina, a relação de posse que se estabelece entre o homem e a mulher.

Certamente, as condições precárias de moradia influenciam na realização sexual de um casal. No entanto, a insatisfação sexual tão corrente em nossa sociedade se manifesta em mulheres que se encontram nas mais diversas condições

de habitação, o que nos faz perguntar: "Não será o próprio papel social atribuído à mulher que restringe sua sexualidade?" Mais uma vez, a resposta é positiva.

No grupo de discussão "Mulher e trabalho" foram levantados temas altamente relevantes: a discriminação salarial e de função da mulher trabalhadora e sentido da CLT. Entretanto, não houve espaço para discutir a questão da divisão sexual do trabalho na família. Ora, é exatamente aí que se encontra a origem dos problemas que a mulher vai enfrentar no mercado de trabalho, exercendo atividades que não são mais do que um mero desdobramento de sua função na família; ocupando funções desqualificadas, uma vez que suas responsabilidades domésticas impedem um maior treinamento; limitando-se a atividades de tempo parcial que não prejudiquem o trabalho doméstico, considerado sua atividade natural. (...)

Essas reflexões explicam a não participação do CDM no Encontro deste ano. Mais ainda, acreditamos que congressos desta natureza não fazem mais do que perpetuar a opressão e conter o avanço do movimento de libertação da mulher.

Centro de Defesa dos Direitos da Mulher, Belo Horizonte, MG.

"Federação maranhense é farsa política"

No dia 6 de março passado, sob o pretexto do 1º Encontro da Mulher Maranhense, realizado em Imperatriz a convite da dra. Lindalva Amorim, um número de aproximadamente 1.500 mulheres lotou o pavilhão da antiga Prece Poderosa. Acontece que aquele local tornou-se um "curral eleitoral" do PMDB, inclusive com o lançamento da candidatura a deputada estadual da coordenadora do encontro. Por isso, vimos a público denunciar algumas das arbitrariedades desse encontro:

1. Não houve discussão nem em grupos nem em plenário sobre os problemas da mulher, que constavam da pauta, tais como mulher e trabalho, mulher e saúde, organização da mulher;

2. A coordenadora do encontro usou daquele momento para realizar um grande comício onde estiveram presentes os líderes políticos que foram os únicos que puderam usar da palavra;

3. No encontro foi criada a Federação da Mulher Maranhense, sem nenhuma base de organização e representatividade no Estado;

4. A diretoria foi escolhida pela dra. Lindalva, que se auto-indicou presidente e escolheu as outras representantes da chapa, que na maioria não estavam presentes;

5. Antes do encontro não houve qualquer divulgação de que ali seria realizada a eleição da diretoria da Federação;

6. Como prova de que essa Federação não tem representatividade no Estado, temos o fato de que a drª Lindalva só conseguiu juntar esse número de mulheres à custa de "iscas políticas" como prêmios, consultas, lanches e promessas.

Esse acontecimento, além de usar as mulheres como trampolim numa jogada política, das mais baixas, é também um ato desonesto. (...) Somos a favor da participação da mulher nos partidos políticos desde que a militância político-partidária não seja feita dentro dos movimentos ou entidades específicos da mu-

lher. Por tudo isso, achamos que a Federação aqui criada não é legal e não poderá ser contada para a criação da Confederação Nacional da Mulher.

Francisca dos Santos (seguem mais 10 assinaturas), Imperatriz, MA.

Pará: "Encontro arbitrário e equivocado"

Queremos registrar nosso mais veemente repúdio à condução do II Encontro da Mulher Paraense, realizado em dezembro, em Belém, sob a coordenação arbitrária e equivocada de mulheres ligadas às tendências políticas encampadas pelos jornais *Hora do Povo* e *Tribuna da Luta Operária*, encontro esse cujo objetivo principal foi arrancar a qualquer preço uma comissão pró-Federação de Mulheres no Estado, justificadora de uma Federação de Mulheres no II Congresso da Mulher Paraense em 1982.

O que se viu desde o início do Encontro foi um vasto arsenal panfletário, enfatizando a questão partidária como solução para todos os problemas da mulher e relegando a segundo plano questões fundamentais tais como custo de vida, habitação, creches, além de questões concernentes à sua organização política e participação ativa nas reivindicações junto à sociedade. (...)

Que amadurecimento tem o movimento de mulheres no Pará para vir a se constituir em tão breve tempo — março de 82 — em Federação? Quais associações ou movimentos organizados de mulheres legitimarão tal Federação? Onde estava a "vanguarda" feminina que esbraveja hoje por uma Federação e que sequer esboçou o menor protesto quando pelo menos cinco mulheres foram assassinadas "por amor" nos últimos anos em Belém? Isto só nos vem reafirmar que essa discussão só foi colocada em poucas entidades femininas existentes hoje porque ainda se está num processo de procurar reconhecer as causas e a verdadeira origem da discriminação da mulher. Como está nosso movimento no Estado, só poderá sair agora uma Federação de cúpula. Queremos uma entidade construída pela base. Nada de cupulismo! (...)

Zenilde Soares (seguem mais 17 assinaturas), Belém PA.

Assine Mulherio

Assine *Mulherio* e ganhe um exemplar de graça. O exemplar avulso custa Cr\$ 100,00, e a assinatura anual apenas Cr\$ 500,00 (para o Exterior o preço é Cr\$ 800,00). Para assinar, envie um cheque nominal em nome da Fundação Carlos Chagas ao seguinte endereço: *Mulherio*, av. Prof. Francisco Morato 1565, CEP 05513, São Paulo, SP. Num papel anexo, relacione seu nome, endereço completo, profissão e telefone.

Elogios: que bom!

Tem sido uma "coisa boa" e uma agradável surpresa ler o jornal *Mulherio*. Surpresa e curiosidade, pois ao mesmo tempo que sabíamos que o grupo da Fundação Carlos Chagas em qualquer área que atuasse garantiria o chamado "alto nível" de sua produção, por outro lado existia a dúvida de como ela trabalharia com o novo, o provocador, o desafio. Desafio de colocar a público, na "praça", um produto que, tradicionalmente, a Fundação só deu acesso a uns poucos privilegiados. E a estes, ainda que num tom ultimamente "progressista", sempre mantendo seu invólucro acadêmico. O que aconteceria? Como seria? E aí, a agradável surpresa. Um produto de bom nível, bonito, bem feito e que ... (ora, vejam! que bela surpresa!) se posiciona frente a fatos, gente, idéias. "Suja" as mãos! Sai de sua posição asséptica e neutra do trabalho de alto nível para a Vida!

E assim estamos vendo (e vivendo) alguma coisa que a mim era meio longínqua, quando a Fúlvia dizia numa discussão sobre alternativas metodológicas para a pesquisa, que "através da vinculação com grupos de ação procuramos colocar o produto de nosso trabalho a serviço de uma prática transformadora da realidade estudada".

E o *Mulherio* está aí. Vivo. Atual. Toda força a vocês! Pertencem àquele grupo de educadores também interessado nas práticas de transformações sociais, e quero dizer a vocês que estou me empenhando numa campanha de assinaturas do *Mulherio*, para que o jornal cada dia mais garanta um espaço próprio e tenha mais condições de "brigar" por este espaço, de forma independente. Um abraço e... feliz aniversário!!!
Lisete Arelaxo, SP.

Eu não leio português, apenas consigo entender alguma coisa através do que conheço do espanhol, mas o jornal realmente me deu vontade de aprender. Vocês estão fazendo um belo trabalho. (...) Vamos incluir *Mulherio* na próxima atualização de nosso guia sobre recursos e periódicos feministas para que outras pessoas conheçam o trabalho de vocês.

Jennifer L. Newton, Editora do "Resources for feminist research", Toronto, Canadá.

Ah, as mamas

Soa um pouco esquisito que um artigo chamado "Amamentar é uma boa?" (*Mulherio* nº 6) seja tão preocupado com o objetivo funcional de nossas glândulas mamárias e tão displicente com o fato de que amamentar possa ser uma atividade prazenteira apesar de exaustiva.

EXPEDIENTE

Conselho Editorial — Carmen Barroso, Carmen da Silva, Cristina Bruschini, Elizabeth Souza Lobo, Eva Alterman Blay, Fúlvia Rosemberg, Heleleth Saffloti, Léila Gonzalez, Maria Carneiro da Cunha, Maria Malta Campos, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Maria Valéria Junho Pena, Marília de Andrade, Mariza Corrêa e Ruth Cardoso.

Redação — Adélia Borges e Fúlvia Rosemberg (editoras), Marlene Rodrigues (edição de arte) e Miriam Tanus (secretária). Além das pessoas que assinam matérias, também colaboraram neste número: Cristi-

"As mulheres que estão atrás das mamas", além "satisfazerem sua auto-estima", além de "do prazer de se dar a um ser muito querido" podem simplesmente experimentar um gozo que talvez não se permitissem sem a presença do bebê para legitimá-lo.

Esquece também que atrás da mamadeira pode estar qualquer pessoa, até mesmo um homem, que pode assim se iniciar nos deleites de melhorar sua auto-estima e se dar a um ser muito querido.

Albertina Costa, SP

Ainda a França

Li com certo espanto a carta, enviada por Leda Beck, sobre meu artigo "A escolha das francesas". O que estranhei foi a suposição de que minha exposição estivesse baseada em um "lamentável equívoco" ou que minha informação viesse de "fontes tendenciosas". Não me parece que o conteúdo da proposta de participação eleitoral que discuti tenha que ser desqualificada apenas porque foi assumida pelo grupo que se chama (com ou sem razão) MLF.

Sem desconhecer os conflitos que dividem os grupos feministas na França, foi meu objetivo discutir uma posição que considere inovadora. Sei bem que a sigla MLF já não corresponde à totalidade do movimento feminista francês e, por isso mesmo coloquei entre parênteses a explicação — MLF (Movimento de libertação das mulheres, grupo ligado à Editions des Femmes). Pareceu-me esta a forma mais econômica para indicar que nem todas as mulheres feministas aderiram à posição eleitoral por mim descrita. Neste contexto, não me pareceu importante descrever as divisões e subdivisões do movimento, o que não quer dizer que considere irrelevantes os motivos que geraram conflitos. É por saber das discordâncias que acredito na necessidade de divulgar e discutir as razões e os efeitos políticos das diversas posições. Para nós, brasileiras, o debate será muito mais positivo se compararmos diferentes atuações concretas em lugar de censurar a divulgação das atividades de um dos grupos. O que procurei foi apresentar um exemplo e um ponto de vista a respeito da relação eleições e movimentos sociais e acho que este é o momento para continuarmos este debate, sem reproduzir as intolerâncias que dividem o movimento de mulheres na França.

Esta carta foi uma oportunidade para retomarmos este assunto e por isso foi bem-vinda.

Ruth Cardoso, SP

Devido ao nosso limite de espaço, solicitamos que as cartas enviadas a *Mulherio* para publicação tenham um máximo de 30 linhas datilografadas.

na Bruschini, Cristina Mussi, Felícia Madelra, Helena Salém, Lais TapaJós, Maria Carneiro da Cunha, Mariska Ribeiro, Michelle Lagnado, Wanda Vestlehner e Leda Cristina Orosco.

Jornalista Responsável — Adélia Borges. Registro no MTB nº 10.680. SJESP 4549.

Mulherio é uma publicação bimestral. Aceita colaborações. Pede-se permuta com outras publicações do gênero.

Redação: Fundação Carlos Chagas, Av. Prof. Francisco Morato, 1565, CEP 05513. São Paulo, fone 211-4511, ramal 247.

O trabalho dignifica o homem. Já a mulher, quem dignifica?

Maria não trabalha. Ela só cuida da casa e das crianças, faz o serviço de casa. Ou seja, varre, encera, arruma as camas, vai à feira, faz todas as compras, prepara a comida, serve a comida, lava a louça suja do café, do almoço e do jantar, lava as roupas, passa as roupas, alimenta, lava, cuida e educa as crianças. Depois de tanto trabalho, Maria fica cansada. Mas, como é com trabalho doméstico que ela se ocupa, todo mundo diz que ela não trabalha.

No mundo das estatísticas, trabalho doméstico não remunerado é confundido com inatividade — dessa forma, as cifras apresentadas pelos Censos Demográficos e Pesquisas Educacionais por Amostras de Domicílios (PNADs) indicam que, em 1980, apenas 26,9% das mulheres brasileiras de mais de 10 anos trabalhavam, eram economicamente ativas.

Quando alguns economistas americanos resolveram calcular em dinheiro o valor do trabalho doméstico realizado "de graça" pelas mulheres, o resultado foi surpreendente: o trabalho doméstico constituía, nos Estados Unidos, mais de 25% do Produto Nacional Bruto.

Mulher trabalha mais que o homem

No Brasil, entre 1970 e 1980, o número de mulheres que trabalham fora passou de 18,5% para 26,9%. Mas se as estatísticas incluíssem as donas-de-casa no conjunto das mulheres que trabalham, iríamos verificar que a proporção das mulheres que trabalham é muito parecida com a dos homens — 75,5% delas são "ativas". E mesmo tendo um emprego fora de casa, as mulheres continuam responsáveis pelas tarefas domésticas, cumprindo dessa forma uma dupla jornada de trabalho. Por isso, trabalhadoras com responsabilidades familiares em geral trabalham mais que os homens e chegam a realizar 70 a 80 horas semanais de trabalho, segundo um estudo recente publicado pela Organização Internacional do Trabalho.

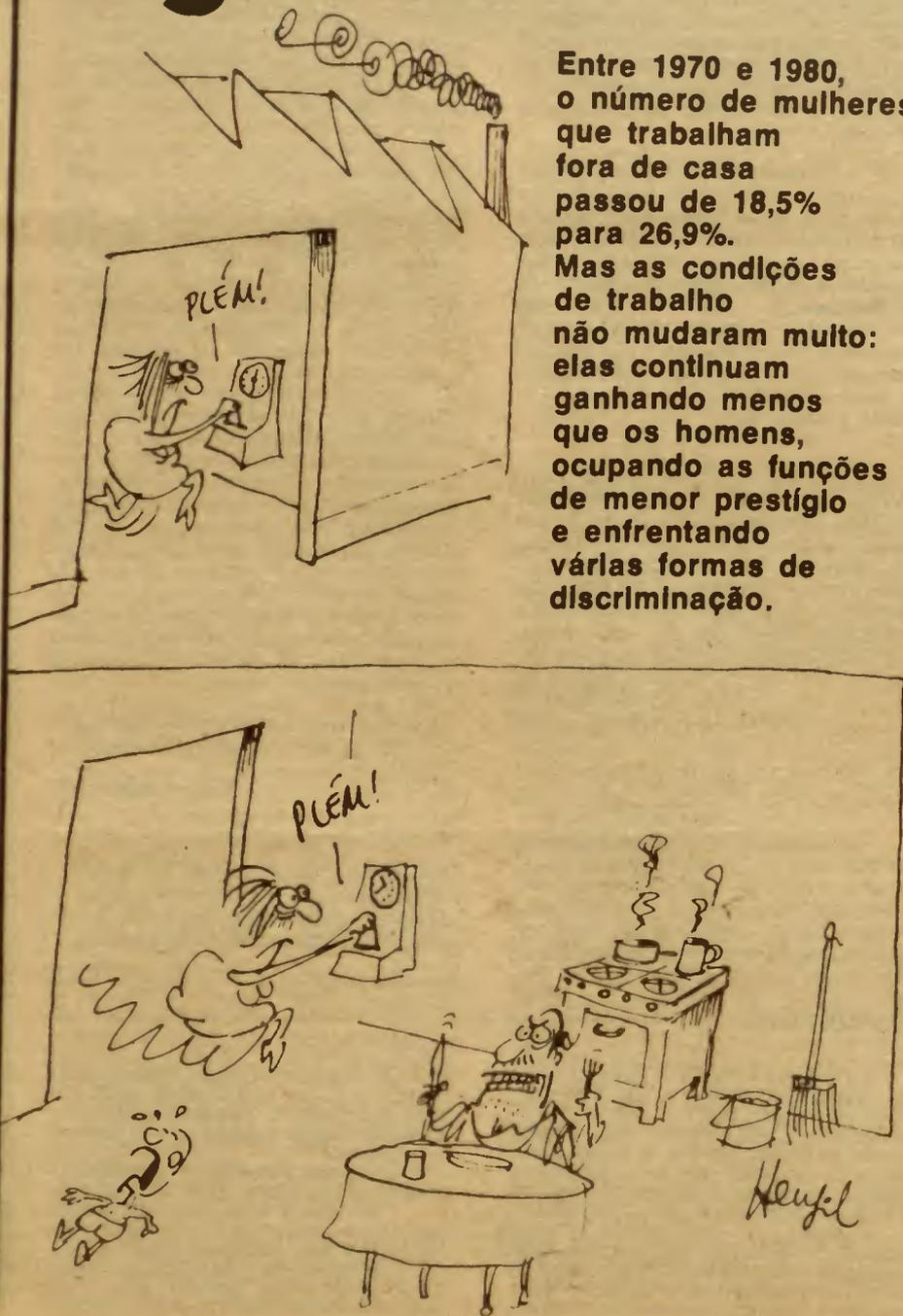
Maria também decide arranjar um emprego, mesmo sabendo que vai ter de fazer o serviço de casa à noite ou antes de sair de casa. Mas sabe que a maioria dos empregadores prefere as solteiras. Os patrões acreditam que as mulheres casadas faltam mais aos trabalhos por causa de seus encargos familiares.

Desde 1974, os encargos sociais decorrentes das leis que protegem as trabalhadoras grávidas foram transferidos para o INPS. Mas, mesmo assim, as mulheres casadas ainda continuam a sofrer restrições por conta de suas obrigações familiares.

Arranjar trabalho em fábrica não é fácil. Entre 1950 e 1970, diminuiu a participação das mulheres na indústria. Com a utilização de uma tecnologia sofisticada, houve pouco aumento de novas oportunidades de emprego e exigência de mão-de-obra mais qualificada. Esse requisito a mulher quase nunca pode satisfazer, porque tem sempre menos oportunidades do que os homens de receber formação profissional. Hoje, 80% das operárias brasileiras trabalham em indústrias têxteis e de vestuário.

De maneira geral, o mercado de trabalho oferece muito poucas oportunidades de emprego para as brasileiras: em 1970, mais de 80% das mulheres trabalhavam em apenas 10 ocupações diferentes, todas elas de pouco

Entre 1970 e 1980, o número de mulheres que trabalham fora de casa passou de 18,5% para 26,9%. Mas as condições de trabalho não mudaram muito: elas continuam ganhando menos que os homens, ocupando as funções de menor prestígio e enfrentando várias formas de discriminação.



prestígio e baixa remuneração: empregadas domésticas, trabalhadoras rurais, professoras primárias, funcionárias de escritório, costureiras, lavadeiras, balconistas, serventes, enfermeiras e tecelãs.

As mulheres de nível médio de instrução estão participando cada vez mais de ocupações administrativas e ligadas ao comércio, atividades que se expandiram graças ao acelerado processo de industrialização. Para as mulheres das classes menos favorecidas e com baixo nível de instrução, a situação é dramática: as possibilidades de trabalho se limitam às ocupações relativas à prestação de serviços, quase sempre como empregadas domésticas, ou ao trabalho no campo.

As condições de trabalho, sempre piores

Além de encontrar pequeno número de oportunidades, as mulheres enfrentam sempre piores condições de trabalho: suas atividades são discriminadas, elas não têm acesso aos cargos de chefia e às funções que exigem maior qualificação. Eva Blay pesquisou a indústria paulista e verificou que nos trabalhos que não exigiam especialização, havia uma mulher para cada três homens; nos que exigiam qualificação média, a relação era de uma mulher para seis homens e, finalmente, naqueles que exigiam pessoal de nível superior, a proporção era de uma mulher pra cada 19 homens.

Até nas ocupações consideradas femininas, como é o caso do magistério, observa-se que a participação das mulheres diminui à medida que aumentam o prestígio e o salário. As mulheres compõem 95% do magistério primário, mas só 60% do magistério do 2º grau. No ensino superior a porcentagem de mulheres cai para 23%.

A segregação das mulheres em poucas ocupações traz ainda um prejuízo gravíssimo: o rebaixamento dos salários. Como há grande quantidade de mão-de-obra concentrada em pequeno número de "trabalhos de mulher", os salários das mulheres continuam a ser proporcionalmente menores do que os dos homens. Dados bastante recentes do Censo Demográfico de 1980 mostram que quase 30% das mulheres ganham até meio salário mínimo. Mais da metade das mulheres (53,1%) ganham menos de um salário mínimo.

Um estudo realizado pelo Ministério do Trabalho, em 1976, mostra que, em todas as regiões brasileiras, os salários das mulheres são inferiores aos salários dos homens em igual nível de instrução. Pesquisas realizadas pelo demógrafo Paulo Paiva confirmam que em condições semelhantes de idade e de instrução, as mulheres são claramente discriminadas em termos de seus ganhos. Nas ocupações em que a participação feminina é maior, como na categoria dos professores e nas ocupações domésticas remuneradas e de serviços, a discriminação é ainda mais evidente, pois a mulher que nelas trabalha não chega a ganhar nem a metade do que ganha o homem. Em todas as profissões exercidas na indústria paulista, os homens recebem salário/hora 57% maior do que o das mulheres, segundo pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE), da Universidade de São Paulo.

Um argumento lembrado para "justificar" que as mulheres recebam menos do que os homens tem sido o de que elas trabalham, em média, menor número de horas. No entanto, em nosso país, 24,5% das pessoas que trabalham mais de 40 horas semanais são mulheres. Claro que há um número relativamente maior de mulheres que trabalham menor número de horas. Mas esse fato pode ser explicado tanto pelo menor número de oportunidades que a mulher encontra, quanto pela necessidade de conciliar a vida profissional com as obrigações familiares.

As muitas batalhas da trabalhadora

Depois de arrumar um emprego, Maria vai ter de lutar para ter sua carteira de trabalho assinada e poder receber os benefícios do sistema previdenciário: quase 48% das mulheres não têm sua carteira assinada. Se Maria for trabalhar como empregada doméstica, nada garante que ela vá receber salário mínimo, ter descanso semanal de 24 horas consecutivas e 13º salário — essas questões são projetos de lei já apresentados ao Congresso, mas até o momento nenhum deles foi aprovado.

A CLT determina que não é motivo justo de rescisão de contrato o casamento ou a gravidez da mulher. Mas o Judiciário está repleto de casos de mulheres dispensadas durante a gravidez. Em pesquisa realizada em 1975 junto aos chefes de pessoal de 22 empresas representativas do comércio e da indústria de São Paulo, a advogada Marly Cardone constatou que apenas sete não despediam as empregadas quando estas se casavam ou fica-

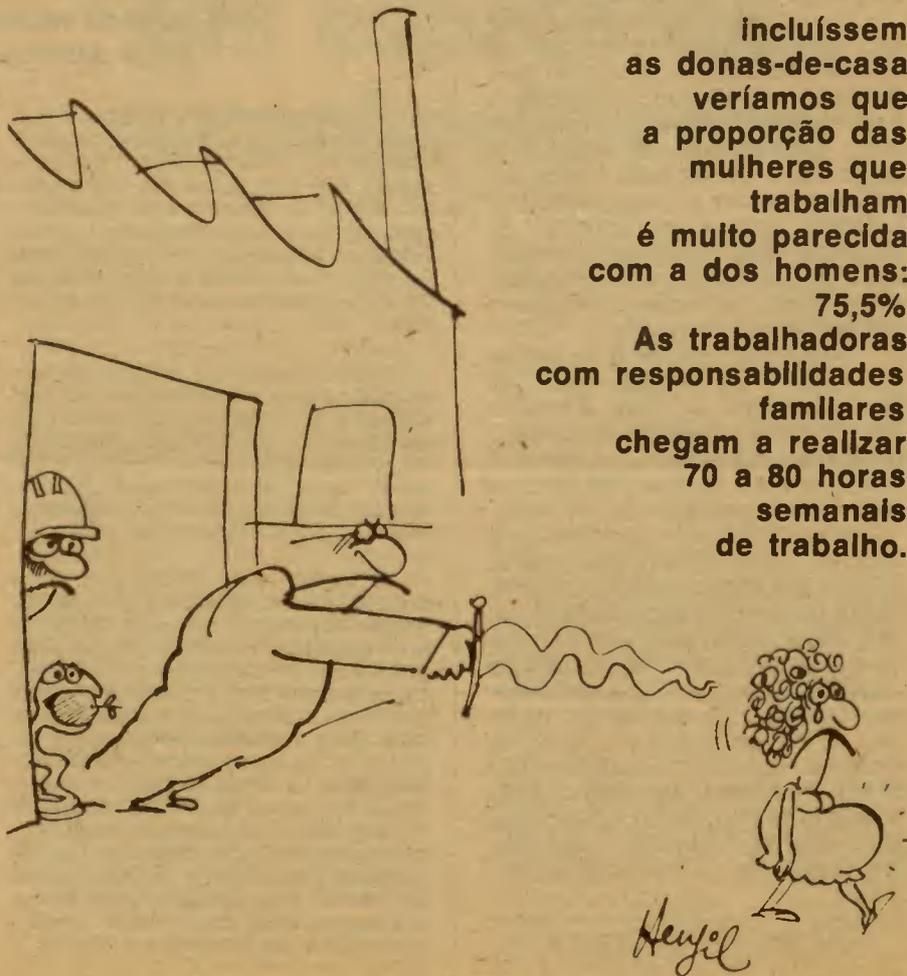
vam grávidas. E as operárias têm reivindicado constantemente em seus congressos a abolição de uma humilhante prova mensal de não gravidez que muitas empresas continuam a aplicar em suas empregadas.

Para sair para trabalhar, Maria precisa deixar as crianças bem cuidadas e em segurança. Mas onde é que ela vai encontrar uma creche? Desde 1943 a lei obriga as empresas com mais de 30 empregadas acima de 16 anos a manter um berçário para as crianças que estão sendo amamentadas, Mas essa lei nunca é cumprida porque a penalidade prevista para seu não cumprimento é irrisória.

Mesmo que as empresas cumprissem a lei, o problema não estaria resolvido. Seria preciso pensar em berçários e creches para os filhos das empregadas domésticas, das trabalhadoras autônomas e das trabalhadoras rurais. E depois é preciso levar em conta que, mesmo quando a empregada conta com creches na empresa em que trabalha, nem sempre é possível, nas grandes cidades, transportar com segurança recém-nascidos por longas distâncias, dentro de vagões ou ônibus superlotados, fato que se agrava ainda mais no caso das empresas que mantêm convênios com creches distantes do local de trabalho.

Marla Otília Bochini

Essa matéria é um resumo do capítulo sobre mulher e trabalho, elaborado por Cristina Bruschini e Felícia Madeira, do relatório "Mulher, Sociedade e Estado no Brasil". O relatório foi elaborado por uma equipe da Fundação Carlos Chagas, com a coordenação de Carmen Barroso, sob encomenda da UNICEF e será editado em breve pela Brasiliense.



**Neste tribunal,
o réu é a
discriminação**

A luta contra a discriminação no trabalho foi uma das primeiras preocupações dos movimentos de mulheres no Brasil. Mas, embora seja um problema antigo, as conquistas nesse campo ainda são pequenas, pois dependem de uma ampla conscientização da sociedade a esse respeito. Agora, mulheres de diversos grupos feministas de São Paulo pretendem dar um passo à frente: vão promover o Tribunal Bertha Lutz, para, a exemplo do famoso Tribunal Bertrand Russel, provocar agitação em torno do tema e discuti-lo mais profundamente.

No Tribunal serão julgados todos os tipos de discriminações que a mulher sofre no trabalho. A primeira sessão será realizada no dia 29 de maio, em local ainda a ser anunciado publicamente. A apresentação do Tribunal ficará com a atriz Bete Mendes, a presidente da sessão será a advogada Zulaiê Cobra Ribeiro e os jurados convidados serão representantes de diversas entidades: OAB, ABI, Comissão Justiça e Paz, Comissão pró-Central Única dos Trabalhadores, Dieese, Une, além da economista Maria da Conceição Tavares, da jornalista e psicóloga Carmen da Silva, do ex-ministro Severo Gomes e da jornalista Helena Silveira, entre outros. Presidirá o júri a socióloga Eva Alterman Blay.

A primeira parte da sessão terá um painel sobre a discriminação na educação, a formação profissional, o trabalho doméstico, a participação sindical e racismo, com depoimento de médicas e agrônomas. A segunda parte discutirá a mulher e a legislação trabalhista, com a participação de trabalhadoras agrícolas, professoras e empregadas domésticas. Haverá ainda projeção de filmes e slides sobre o tema.

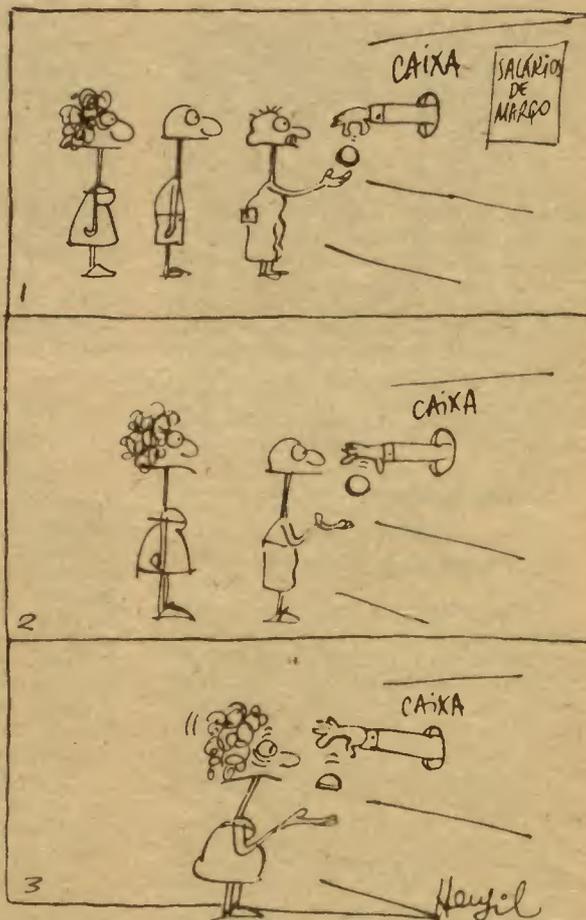
Como num tribunal de verdade, haverá um "julgamento" da discriminação. A atriz Assunta Perez será o advogado do diabo e o ex-ministro Almino Afonso, o advogado de defesa. No final, o júri se pronunciará.

Mas o Tribunal Bertha Lutz não se esgotará em sua sessão inicial. Ele será um fórum permanente de denúncias de discriminação, onde as mulheres terão espaço para apresentar os problemas que enfrentam em seu cotidiano de trabalho. As denúncias poderão ser enviadas por escrito à rua Cardeal Arcoverde, 2109, CEP 05407, Pinheiros, São Paulo. Após a sessão inicial, serão editados os Cadernos do Tribunal — um dossiê contendo as denúncias recebidas.

Leda Cristina Orosco

**O que
deve
mudar
na
velha
CLT**

Comba Marques Porto



Nesse artigo, Comba, advogada e membro do Movimento de Mulheres Profissionais em Direito do Rio de Janeiro, mostra como a CLT discrimina o trabalho da mulher e sugere modificações na lei. Está aberta a discussão.

A legislação trabalhista brasileira é paternalista e protetora em relação à mulher. Mas essa "proteção" nos interessa? Até que ponto ela não acaba por legitimar conceitos discriminatórios, como o de "sexo naturalmente frágil", o de que a mulher se equipara ao menor ou ainda o que deixa os filhos sob sua responsabilidade exclusiva?

Nos últimos anos, o governo vem acenando com a possibilidade de modificar a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Em 1978, uma comissão de juristas liderada pelo ministro Arnaldo Sussekind fez circular um anteprojeto de alteração do capítulo sobre o trabalho da mulher e do menor.

Discutido pelo movimento feminista e pelos sindicatos, com o objetivo de encaminhar críticas e sugestões ao Congresso, o anteprojeto acabou por ser engavetado. Mais recentemente, os jornais têm publicado notícias genéricas a respeito dos trabalhos de uma nova comissão encarregada de elaborar um novo Código de Trabalho. Mas nada há ainda de mais concreto. O que sabemos é que nem a velha CLT de 1943 nem o anteprojeto formulado pelo Ministério do Trabalho em 78 atendem plenamente à realidade atual da mulher que trabalha. Pelo menos nos pontos mais importantes, como a proteção à maternidade, o direito a

creches, a prestação de horas extras e o trabalho noturno. Vejamos:

Maternidade — Nesse assunto, o aspecto mais relevante diz respeito à estabilidade da gestante. A CLT determina que a mulher não pode ser demitida por ter casado ou por estar grávida. Isso, no entanto, não lhe garante por completo a permanência no emprego. Todos sabem que é bem alto o índice de dispensa das mulheres quando casam e principalmente quando engravidam. A lei deveria assegurar que a mulher, nessas condições, não fosse demitida senão por justa causa, comprovada por inquérito feito pela Justiça do Trabalho. Deveria ainda ser garantida a estabilidade provisória da gestante, de forma que o empregador, além de ter de pagar o período de licença para o parto (84 dias), tivesse de indenizar a empregada pelo período contado entre a data da dispensa (mesmo que ela ocorra, por exemplo, no segundo mês de gestação) até o início do afastamento. Essa solução importaria em tornar mais difícil a demissão que jamais é justificada pelo empregador pelos seus reais motivos.

Outra reivindicação importante seria a inclusão de um dispositivo que garantisse à mulher uma estabilidade temporária após o término da licença para o parto. A CLT não prevê o abono das faltas que, na verdade, são muitas quanto termina o afastamento e o

bebê ainda precisa de cuidados especiais. Mais interessante ainda seria estender ao homem idêntica estabilidade temporária, como prevê, por exemplo, a legislação sueca, para que o nascimento dos filhos não acabe por acentuar uma desigualdade de oportunidades entre o casal.

Quanto à licença à gestante, ela deveria mesmo se restringir a um período mínimo durante o qual é imprescindível a presença da mãe junto ao bebê. Países mais avançados, inclusive os socialistas, tendem a aumentar esse período. No entanto, pensando na realidade brasileira, acreditamos que a prorrogação viria a reforçar o desemprego da mulher, criando mais um obstáculo à sua contratação.

Creches — Raríssimas são as empresas que levam à prática esse direito. São também raríssimos os casos de reclamações trabalhistas em que se reivindica o cumprimento dessa norma. As mulheres não só desconhecem o conteúdo da lei, como em geral ignoram que as leis trabalhistas são assunto de ordem pública. Além disso, a obrigatoriedade de creches é colocada de forma muito difusa na CLT. A lei apenas determina que as empresas com mais de 30 empregados devem manter creches próprias ou convênios com instituições desse tipo, mas as firmas burlam a fiscalização, surgem as creches fantasmas e a trabalhadora não encontra solução para o problema.

Historicamente, o direito à creche sempre foi pensado apenas em relação à mulher. Parte-se do errôneo pressuposto de que a responsabilidade pela criação dos filhos cabe exclusivamente a ela. Uma forma de resolver esse problema seria o funcionamento das creches próximas aos locais de moradia, mantidas pelo Estado em convênio com os empregadores, como um direito assegurado na parte geral da CLT.

Horas extras e trabalho noturno — Também nesse ponto, a CLT consagra um tratamento desigual entre homens e mulheres, considerando a mulher o sexo frágil, utilizando-se de um conceito patriarcal de proteção. A questão é delicada e um grande complicador da discussão é exatamente o tipo de exploração a que os trabalhadores estão expostos num país capitalista como o nosso. Parece-nos errado que os trabalhadores necessitem completar o poder aquisitivo de seus salários prestando horas extras que os levam à exaustão. Nesse sentido, a restrição deve-se estender a homens e mulheres. Já o trabalho noturno deveria ser realizado só em situações em que se torna essencial, não cabendo a proibição que a lei impõe à mulher e que, nas atuais condições do mercado de trabalho, acaba por excluí-la. Qual terá sido a intenção do legislador, quando em 1943 determinou tal proibição? O argumento de que "não fica bem" mulheres andando pela noite para exercer o trabalho já não cabe em nossa realidade. Até porque no contrato de trabalho, por seu caráter privado, prevalece a vontade das partes contratantes. E que melhor que as próprias trabalhadoras, orientadas por seus sindicatos, para saber se a execução do trabalho noturno as interessa ou não?

BANHEIRO



Contato, confidências, sonhos— essas coisas que se passam dentro dos banheiros das fábricas têm muito a ver com nossos anseios de liberdade. Por isso, o banheiro é visto pelos patrões como "perda de tempo" e pelos colegas homens como o símbolo do espaço "usurpado" no mercado de trabalho: o lugar onde ele não pode entrar para controlar a mulher.

A repressão à ida ao banheiro, o controle excessivo dos chefes sobre os minutos que ali são gastos constituem uma das principais queixas das operárias quando falam de seu cotidiano de trabalho. Aqui, Maria Rita Kehl e Carmen da Silva analisam o assunto.

Um espaço de reconhecimento

Marla Rita Kehl

Quando mulheres trabalhadoras se queixam da repressão no cotidiano da fábrica (ou do escritório, ou da plantação) e das más condições de trabalho, há um elemento constante entre suas reclamações: o excessivo controle sobre as idas ao banheiro. "Contra o controle de tempo para ir ao banheiro" foi uma das reivindicações das metalúrgicas no seu 1º Congresso em São Paulo, em março de 1978. Em seu livro/pesquisa sobre a operária metalúrgica, Rosalina de Santa Cruz Leite relata queixas de mulheres operárias, prejudicadas (em relação aos colegas homens) no tempo permitido para as idas ao banheiro. Queixam-se também de que em muitas fábricas o sistema de controle (ter de pedir a chave ou a chapinha para o chefe) as obriga à humilhação de terem de justificar sua necessidade de ir ao banheiro, para o superior que controla a linha de montagem.

Em "Vida de Mulher", a operária Maria Mendes da Silva dá um depoimento claríssimo a este respeito: "... quando a mulher trabalhadora fala em menstruação, está dizendo que tem que ficar no banheiro mais tempo do que as fábricas permitem"...

Essa modalidade da repressão, que atinge o corpo em suas funções

vital tentando assim eliminar ou reduzir no ser humano tudo o que não se adapte ao ritmo da produção, não acontece somente na grande indústria. As quebradeiras de castanhas no Estado do Pará, trabalhando em condições bem menos mecanizadas, reclamam da ausência de sanitários no local de trabalho, ou do pequeno número e péssima instalação dos banheiros existentes. Numa pesquisa sobre a mulher bóia-fria no interior de São Paulo encomendada pela Copersucar na década de 70, constatou-se que uma das razões principais que levavam a trabalhadora recém-casada a abandonar o trabalho eram os ciúmes do marido (e seu próprio pudor) pelo fato de que a inexistência de qualquer tipo de banheiro no canavial obrigava a mulher a fazer xixi em campo aberto, exposta às gozações dos outros trabalhadores.

A questão tem um aspecto concreto, real e bastante elementar: a mulher demora mais tempo no banheiro porque seu corpo é diferente do corpo masculino; algumas de suas funções (a menstruação, a gravidez) requerem maiores cuidados de higiene e idas mais frequentes ao sanitário; além do que, sendo anatomicamente mais exposta a doenças e infecções, a mulher

BANHEIRO



precisa da garantia de banheiros mais limpos. Ou seja: a fisiologia da mulher "rouba" mais tempo da produção e exige do capitalista um investimento ligeiramente maior nas instalações sanitárias de sua indústria. Solução (para o patrão, não para a trabalhadora): reprima-se a mulher até que ela adapte seus hábitos e seu corpo às exigências da fábrica.

Mas pesa ainda outra acusação sobre a mulher trabalhadora: a de que ela iria ao banheiro para 'fazer hora'. Para bater papo (nos raros casos em que se permite a ida de mais de uma mulher de uma vez), para descansar, para pensar na vida. Enfim, para quebrar o ritmo constante e mecânico do trabalho. O que talvez seja verdade, e nos leve a pensar um pouco mais a fundo no que a mulher traz, do "mundo feminino" (o lar) para o mundo do trabalho. Não apenas um corpo mais difícil de se disciplinar. Não apenas uma anatomia menos adaptável. Mas uma profunda rebeldia em relação ao tempo do trabalho.

A relação da mulher com o tempo, na casa, passa necessariamente pelos ritmos da vida: o tempo das crianças e suas exigências de descanso, de demora em cada pequena tarefa, de "distração", de variações. O tempo da cozinha com sua simultaneidade de tarefas e seus pequenos intervalos — para um cigarro, um suspiro, um café, uma música no rádio. Não que a vida doméstica seja o paraíso da mulher — longe disso, muitas vezes ela é sentida como uma prisão. Mas a mulher em casa e na relação com os filhos tem alguma margem de determinação sobre seu tempo, seu ritmo, suas paradas. A mulher e seu corpo "complicado", a mulher e seus nove meses de espera, a mulher e seus intervalos para dar de mamar, a mulher e seus varais, seu rádio sempre ligado, seus dois minutos de sonho debruçada na janela da rua — a mulher é portadora de uma rebeldia fundamental em relação ao tempo do trabalho.

A aparente trivialidade das reivindicações femininas sobre as idas ao banheiro revelam muito mais do que uma diferença fisiológica ou uma "consciência despoltizada" (por que reivindicar o direito a ir fofocar no banheiro em vez de pensar em coisas mais sérias? Será o banheiro um "escape" que ilude a operária de sua condição de oprimida?). Revelam que a mulher ainda procura maneiras de manter sua integridade afetiva no mundo do trabalho. Fofocas. Contato, confidências, intimidades; suspiros, desejos, tristezas, sonhos — e essas coisas que só se passam dentro dos banheiros das fábricas, têm muito mais a ver com os nossos anseios de liberdade do que pode parecer.

Um espaço de contestação

Carmen da Silva

Entrada proibida: é aí mesmo que a gente quer entrar. Homem não chega nem perto de alguns redutos ditos "femininos" onde, aliás, ele seria muito bem recebido: a cozinha, a mesa do chá, as sessões de tricô para os pobres, as entrevistas no colégio dos filhos. Mas basta a mulher reservar para si um espaço exclusivo, ainda que mínimo, para que ele se sinta raivoso, escorraçado, despeitado. Se, por exemplo, ela quer usar a sala cada tanto, para reunir-se com companheiras femininas, é um Deus-nos-acuda.

No âmbito laboral — fábrica, escritório, repartição — o espaço que os incomoda é o banheiro. Segundo os patrões, o lugar onde o pessoal vai fumar, conversar, perder tempo. Daí os regulamentos limitando a frequência e proibindo a entrada conjunta. Mas é curioso: os próprios trabalhadores que reclamam dessas restrições para elas as aprovam para as colegas do sexo feminino. Também eles acham que o banheiro é o espaço específico da contestação e cuidado com a mulheres que aí se juntam para enfeitar-se, falar de futilidades, criticar seus homens, contar intimidades de alcova, confrontar experiências e, quem sabe até, fazer brincadeiras homossexuais. Idéias obviamente calçadas nas recordações dos colégios e

internatos masculinos do passado ou seus equivalentes proletários: o galpão, o fundo do quintal, o baldio onde eles se mediam, comparavam, tocavam, contavam vantagens.

Na verdade, o homem sente como uma usurpação o espaço que a mulher passou a ocupar no mercado de trabalho. Ressentimento engolido em silêncio porque ele é o patrão que explora essa mão-de-obra a preço vil ou é o parente ou companheiro que se beneficia do salário dela. Assim, a má vontade masculina se canaliza contra o espaço físico da "ocupação": o banheiro onde ele não pode entrar para controlá-la.

No plano mais profundo, atuam nele velhos terrores ligados a fantasias inconscientes da infância. A mulher entregue aos ritos do corpo torna-se temível pelo seu mistério: afinal, esse corpo detém o segredo da origem da vida. Invejada porque sua fecundidade a faz poderosa, ao mesmo tempo é repudiada como "suja" (de sangue menstrual, de secreções sexuais), isto é: a imagem da mãe "corrompida" pelos desejos edípicos do filho. A mulher no banheiro (e não é à toa que a pintura, que nos deu tantas "Madonne", deu também tantas banhistas) seria bruxa, deusa, carne impura.





CLARO, MARIA! DEPOIS QUE VOCE FIZER A FEIRA, JUNTAR O LIXO, ENCERAR AS SALAS E MOVEIS, ESCOVAR OS SAPATOS E TAPETES, POLIR A PRATARIA, COZINHAR O ALMOÇO E LAVAR A LOUÇA, LIMPAS AS PRIVADAS E BIDÊS, ESFREGAR AS ROUPAS, TROCAR AS FRALDAS MIÇADAS, PASSAR AS CUECAS DO ROMUALDO E LEVAR O FIFI PRA FAZER CÔCO NA PRAÇA, PODE IR NA COMEMORAÇÃO DA LIBERTAÇÃO DOS ESCRAVOS...

E a trabalhadora negra, cumé que fica ?

Lélla Gonzalez

Os meses de maio e junho nos trazem datas da maior importância. Elas dizem respeito às duas comunidades a que pertencemos: a comunidade negra e a comunidade trabalhadora. Com relação à primeira, temos duas datas nacionais: 13 de maio, comemorativa da chamada abolição da escravidão, e 18 de junho, data da criação do Movimento Negro Unificado (MNU), em São Paulo, em 1978, 90 anos depois da dita abolição. Com relação à segunda, temos a data máxima dos trabalhadores de todo o mundo no dia 1º de maio. Essas três datas têm muito a ver umas com as outras, quando pensamos na nossa condição de mulheres/trabalhadoras negras.

Já no nº 3 do Mulherio, apresentamos uma série de dados relativos ao lugar da mulher negra na força de trabalho. Ali, a gente constata que, em virtude dos mecanismos da discriminação racial, a trabalhadora negra trabalha mais e ganha menos que a trabalhadora branca que, por sua vez, também é discriminada enquanto mulher. Vimos que 87% das trabalhadoras negras exercem ocupações manuais, justamente nos setores ou sub-setores de menor prestígio e pior remuneração; e 60% dessas trabalhadoras não têm carteira assinada. Por essas e outras é que a mulher negra permanece como o setor mais explorado e oprimido da sociedade brasileira, uma vez que sofre uma tripla discriminação (social, racial e sexual).

Incapazes para o trabalho livre

Nossa situação atual não é muito diferente daquela vivida por nossas antepassadas: afinal, a trabalhadora rural de hoje não difere muito da "escrava do eito" de ontem; a empregada doméstica não é muito diferente da "mucama" de ontem; o mesmo poderia dizer-se da vendedora ambulante, da "Joaninha", da servente ou da trocadora de ônibus de hoje, e "escrava de ganho" de ontem.

Assim, o 1º de maio tem a ver com o 13 de maio. Enquanto trabalhadora superexplorada de hoje, a mulher ne-

gra se sente com todo o direito de perguntar: "Afinal, que abolição foi essa que, 94 anos depois dela ter acontecido, a gente continua praticamente na mesma situação?" Na verdade, o 13 de maio de 1888 trouxe benefícios pra todo mundo, menos para massa trabalhadora negra. Com ele iniciava-se o processo da marginalização das trabalhadoras e trabalhadores negros. Até aquela data elas e eles haviam sido considerados bons para o trabalho escravo. A partir daquela data passaram a ser considerados ruins, incapazes para o trabalho livre. Pois é...

Há poucos dias, uma amiga me contou que havia telefonado para uma agência de empregadas domésticas a fim de conseguir uma babá que cuidasse de seu bebê durante a noite. Responderam que poderiam mandar uma pessoa com todas as qualificações para o trabalho, mas havia um problema: ela era negra. Espantada, essa amiga respondeu que isso não era problema para ela. Foi então que aquela voz gentil do outro lado da linha retrucou: "A senhora sabe, não é? Não é que a gente tenha alguma coisa contra. Mas acontece que nossas clientes não contratam babás negras. Elas preferem as portuguesas".

Esse fato serve de ilustração para o que dissemos acima e para algo mais: toda atividade que signifique lidar com o público "seleto" exclui a trabalhadora negra, a começar pelas atividades de babá, copeira, na área do serviço doméstico. No entanto, se o negócio é ser cozinheira, arrumadeira ou faxineira, não há problema se a empregada for negra.

Têm que ficar "no seu lugar"

Aquele papo do "exige-se boa aparência", dos anúncios de empregos, a gente pode traduzir por: "negra não serve". Secretária, recepcionista de grandes empresas, balconista de butique elegante, comissária de bordo etc e tal, são profissões que exigem contato com o tal do público "exigente"

(leia-se: racista). Afinal de contas, para a cabeça desse "público", a trabalhadora negra tem que ficar no "seu lugar": ocultada, invisível, "na cozinha". Como considera que a negra é incapaz, inferior, não pode aceitar que ela exerça profissões "mais elevadas", "mais dignas" (ou seja: profissões para as quais só as mulheres brancas são capazes). E estamos falando de profissões consideradas "femininas" por esse mesmo "público" (o que também revela seu machismo).

Numa profissão como a de atriz, por exemplo, pode-se perceber muito bem como funciona o racismo "à la brasileira". Por que será que no teatro, no cinema ou na tevê as atrizes negras só vivem personagens secundários e subalternos (sobretudo como empregadas domésticas) ou, quando muito, personagens que fazem o gênero "erótico-exótico"? Será por que são profissionais incompetentes ou por que só têm oportunidade de desempenhar papéis que reforçam a imagem de inferiorização da negra? A gente sabe, por exemplo, o que aconteceu com Vera Manhães por ocasião da montagem de "Gabriela, cravo e canela" na tevê: preferiram dar o papel-título para a "morena" Sônia Braga (cuja capacidade profissional não está sendo questionada aqui, de modo algum). Claro que Sônia não teve qualquer responsabilidade quanto ao fato de ter sido ela a escolhida. Mas (e estou falando do romance) a Gabriela "original" não tem nada de "morena", e sim de negra. Pois é, questão de "boa aparência".

Voltando às datas citadas, o 18 de junho tem a ver com as outras duas exatamente porque foi justamente o Movimento Negro Unificado que propôs, dentre muitas outras coisas, que passássemos a considerar o 13 de maio como o Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo. Entre outras razões, porque ao comemorarmos o 1º de maio, a gente não pode deixar de pensar na situação de desigualdade e inferiorização em que o racismo mantém o trabalhador negro e, sobretudo, a trabalhadora negra, desde maio de 1888.

Foto Juca Martins/Ag. F.4



Velando o guerrilheiro assassinado

repressivo. Para homens e mulheres, este tipo de tortura representa um esforço no sentido de banir nossos valores ideológicos, aqueles que nos dão senso de dignidade, honra e coragem”.

Quando vítimas diretas do regime repressivo do país, as mulheres, mais uma vez, são subjugadas com requintes sado-masoquistas não comuns entre os homens prisioneiros. Muitas delas inclusive grávidas, foram presas e torturadas diante de seus filhos, violentadas por grupos de policiais, “cobçadas” sexualmente numa linguagem obscena e ‘sorteadas’ para relações sexuais que, obviamente, deverão atender a todos os desejos de um torturador profissional. As forças do general José Guillermo García, ministro da Defesa e principal homem do poder de El Salvador, com seus 22 mil soldados, entre Exército e Guarda Nacional (os guerrilheiros somam seis mil), também se especializaram em matar os filhos diante das mães, jogando-os para o ar e disparando um número de tiros suficiente para destruir completamente qualquer resquício de vida. Em julho de 1980, por exemplo, 31 pessoas da família Majica Santos foram assassinadas pela organização pára-militar Orden, incluindo-se neste grupo um bebê de 15 dias.

A luta das mulheres salvadorenhas tem força histórica. Por longo tempo, elas tiveram participação direta nos movimentos populares. Em 1921, as mulheres que trabalhavam nos mercados de San Salvador saíram às ruas, com o suporte de outros grupos, para protestar contra as medidas antipopulares que haviam sido instituídas pelo governo Melendez. Foram também revolucionárias na heróica insurreição camponesa de 1932, brutalmente reprimida pelo governo da época, com 30 mil pessoas massacradas. Houve uma adesão substancial das mulheres na greve Brazos Caídos, em 1944, quando o general Hernández Martínez foi destituído.

Uma das organizações que permanece viva na memória das salvadorenhas é a Fraternidad de Mujeres. Em 1960, esta organização uniu-se à Frente Nacional de Orientação Cívica e tirou o coronel Lemus do poder. Em 1977, depois de 10 anos de aparente



Fotos Juca Martins - Ag. F.4

Uma jovem guerrilheira



Foto Juca Martins/Ag. F.4

Uma das freqüentes batidas policiais

submissão da classe trabalhadora, o movimento popular organizou-se novamente e as mulheres se juntaram às lutas de companheiros. No mesmo ano, surgiram organizações, essencialmente femininas, que reivindicavam a libertação dos presos políticos: o comitê das mães dos prisioneiros políticos e o comitê pela libertação dos presos políticos e desaparecidos. Esses grupos faziam greves de fome, organizavam demonstrações e concentrações em igrejas.

Assim, as mulheres foram assegurando sua presença nas organizações populares que constituem a Frente Democrática Revolucionária e, desde 1970, quando a luta pela libertação se intensificou no país, aumenta progressivamente sua participação nas atividades políticas e na guerrilha.

Célla Chaim

O LUGAR DA MULHER



Lélla Gonzalez, Madel Luz, Mary Drumont, Paula Montero, Elça Lima, Anette Goldberg, Celina Albano e Jacqueline Pitanguy refletem sobre identidade feminina e opressão, nas diversas situações sociais.

Receba "O LUGAR DA MULHER" pelo reembolso postal, por apenas Cr\$ 570,00. Basta preencher este cupom e enviá-lo para EDIÇÕES GRAAL Ltda., Rua Hermenegildo de Barros 31-A, Glória, CEP 20241 Rio de Janeiro RJ, fone 252.8582.

Nome _____

Endereço _____

CEP _____ CIDADE _____ ESTADO _____

PROFISSÃO _____

Assinatura: _____

(Não mande dinheiro agora. Você pagará somente quando receber os livros).

MULHERIO-11



A situação política na América Central ocupa hoje as manchetes de jornais do mundo todo: de um lado, ativos movimentos guerrilheiros tentam tomar o poder, como em El Salvador, ou mantê-lo, como na Nicarágua; de outro lado, as ameaças de invasão por parte dos Estados Unidos ou de seus aliados. Mas quase nada se fala sobre a participação ativa das mulheres nos movimentos de libertação da América Central: hoje elas ocupam 40% dos postos de comando da Frente Democrática Revolucionária, em El Salvador, e na Nicarágua, depois de lutarem pela queda de Somoza, continuam à frente na luta pela reconstrução do país.

EL SALVADOR

De armas na mão, a tentativa de mudar o país

Cerca de 50% da população de El Salvador não sabe ler nem escrever, mas sabe contar — e fazer — a história deste pequeno país da América Central, acomodado entre Honduras, Guatemala e Nicarágua, na costa do Oceano Pacífico. O analfabetismo, indicador importante do nível de desenvolvimento ou subdesenvolvimento de um país, não cegou a maioria dos cinco milhões de habitantes diante de uma realidade que, fora dos 22 mil quilômetros quadrados que compõem o território salvadorenho, chega em forma de estatística.

No dia-a-dia, ao longo dos últimos 50 anos, essa população governada por sucessivas ditaduras militares vem sofrendo das mais graves doenças sociais: o país tem três médicos e 17 leitos de hospital para cada 10 mil pessoas, quando a relação indicada pela Organização Mundial de Saúde é de um médico para cada mil habitantes; 60% da população dispõe de menos de dez dólares (ou menos de dois mil cruzeiros) de renda "per capita" por mês; em contraposição, 2% da população detém mais de 60% das terras cultiváveis e 60 famílias acumulam toda a riqueza do país.

De cada 100 crianças, 50 morrem

antes de completar cinco anos de idade, por doenças e desnutrição.

Responsabilizando o governo por essa situação, cinco organizações armadas de esquerda constituíram a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional e intensificaram as atividades de guerrilha no país. A Frente tem um destacamento, o "pelotão Sílvia", inteiramente feminino. Milhares de mulheres estão armadas para lutar contra o inimigo comum, como parte da milícia ou dos grupos de guerrilha. Elas podem ser encontradas nos papéis de liderança e nas fileiras de luta.

Cerca de 40% do comando do Exército Popular Revolucionário estão com as mulheres. Nas comunidades onde se desenrolam as operações militares, a participação feminina é essencial, reforçando as barricadas, cuidando das comunicações, escondendo combatentes, dando ajuda aos feridos.

Ana Guadalupe Martínez, membro de liderança da FMLN, diz em seu livro "Os cárceres clandestinos de El Salvador": "No caso da mulher, os abusos sexuais e a ameaça de estupro estão entre as principais formas de desmoralização usadas pelo aparato



A fila para a água, comum nos bairros de San Salvador

EL SALVADOR

As câmeras de Tetê registram o parto de uma nova nação

Tetê Vasconcelos é uma brasileira de 30 anos que, há quase sete, resolveu deixar o Brasil para estudar cinema nos Estados Unidos. Estudou na Califórnia, aprendeu na prática e escolheu o gênero documentário "para falar de uma maneira mais prática e rápida tudo o que queria". Tetê começou como montadora, participando de produções sobre usinas nucleares, sobre a revolução na Nicarágua. Contornando os entraves dessa indústria que ela chama de "altamente machista", Tetê Vasconcelos trabalha, atualmente, como diretora e produtora em Nova Iorque.

No começo deste ano, ela voltou ao Brasil, com a cópia de seu último

filme, "El Salvador: Outro Vietnã", na bagagem. A exibição no Museu da Imagem e do Som, em São Paulo, foi tumultuada, resultando na apreensão da cópia pela Censura Federal. O filme teve uma grande repercussão internacional e foi um dos indicados para o Oscar na categoria de documentários.

Lidando com uma realidade pouco favorável à sua condição de mulher, Tetê aprendeu a falar duro, a iludir generais salvadorenhos com uma pose de doçura e fragilidade em troca de uma boa entrevista e a ter certeza de que, como patroa ou empregada, ela prefere trabalhar com mulheres. Porque a convivência é mais fácil e "por-

que sou totalmente a favor da feminilização do mundo. É isso que falta".

Apesar da repercussão que "El Salvador: Another Vietnã" vem tendo na Europa e Estados Unidos, parece que a intenção do grupo que fez o filme era mais modesta em termos de público.

Tetê: A nossa intenção era a de atualizar um documentário feito para o canal 13 dos Estados Unidos, uma emissora não comercial, a partir das mudanças políticas que ocorreram com a chegada do cow-boy maluco, Ronald Reagan, à presidência. Com ele, a política externa norte-americana começou a mudar, acirrando-se o confronto Leste-Oeste. Politicamente, o filme feito para a TV envelheceu. Outro problema era de ordem técnica: televisão é uma coisa, cinema é outra. Resolvemos, então, fazer um filme para cinema, com menos "closes" e mais tomadas gerais. Tinha que ser um filme analítico, basicamente voltado para organizar o movimento norte-americano contra a intervenção de Reagan em El Salvador. Este movimento está forte e bem organizado, tanto que a grande imprensa voltou a falar, diariamente, da guerrilha salvadorenha, preocupação que não teve durante muito tempo.

Logo na abertura, o filme repete um noticiário de 1954, quando o Secretário de Defesa, Charles Wilson, garantia que os Estados Unidos não estavam mandando tropas para a Indochina e que esta não seria uma nova Coréia. Em seguida, mostramos um noticiário recente, em que se fala que El Salvador não será um outro Vietnã. É preciso prolongar a memória

NICARÁGUA



dos americanos, que é curta demais. E o filme faz isso. Mostra que os Estados Unidos têm sempre a mesma política e a mesma mentira. Eles são sempre iguais.

Vocês mostram a participação das mulheres na guerrilha e nos movimentos populares em geral?

Tetê: Fazemos uma entrevista com Ana Guadalupe Martínéz, comandante de uma das organizações que compõem a FNLM. Ela aparece contando como se incorporou à luta armada, como foi presa, torturada e violada em 1976. Ana Guadalupe só foi libertada quando seus companheiros seqüestraram um embaixador e pediram sua liberdade em troca. Também tem um trecho de um discurso que ela fez. Durante a entrevista, pergunto se ela é terrorista. Sua resposta: "Isso depende de quem me vê e de quem me pergunta. Somos lutadores pela liberdade". Tem uma outra cena de uma combatente. Acredito que 30% dos guerrilheiros salvadorenhos são mulheres.

Elas também estão no comando e a idade varia de 14 a 80 anos. Todas sabem que a morte é quase inevitável, se você luta ou não, porque eles são criminosos e assassinos sempre.

Como entrevistadora e diretora do filme, você teve problemas quando esteve em El Salvador?

Tetê: Na primeira vez que fomos para lá, num grupo de cinco pessoas três eram mulheres. E sempre somos vistas como suspeitas. Em El Salvador, e nos Estados Unidos também. Todos sabem que o ci-

nema é conhecido como indústria machista. Mesmo quando se trabalha numa produção estritamente política, com pessoas politizadas. Mulher é sempre script-girl, no máximo atriz. Não tenho nada contra essas duas profissões, mas não sou atriz. Sou diretora e produtora. E os jornais, quando comentaram sobre "El Salvador: Outro Vietnã", não mencionavam o meu nome, apenas o de Glenn Silber, que é homem e com quem dividi as tarefas de produção e direção. Em Nova Iorque, lidando com esse machismo e com uma competitividade exacerbada, aprendi a falar duro e a não buscar cafezinho para ninguém.

Você está nos Estados Unidos desde 1975. Como é que foi sua mudança pra lá?

Tetê: Estudei Sociologia na Universidade de São Paulo e trabalhava no Cebrap. Foi uma época difícil. O trabalho era restrito e frustrante, pela própria situação do país. Mesmo assim, agüentei cinco anos. E é bom que se diga que o ambiente do Cebrap, na época, era altamente machista. Por todos esses motivos, me enchi e resolvi fazer cinema, que é uma maneira muito mais prática e rápida de falar o que eu quero. Minha família teve condições de me apoiar financeiramente e eu tinha a ilusão da Califórnia. Puro imperialismo cultural. Fui e passei dois anos estudando cinema, o que achei uma perda de tempo em termos de aprendizagem, embora tenha funcionado como uma boa introdução. Logo me enchi de São Francisco, cidade pequena, imprópria pra quem gosta de "agito", e mudei para Nova Iorque, no



Tetê Vasconcelos

final de 1979. Trabalhei em vários filmes, muitos deles dirigidos por mulheres. Agora penso em mudar de Nova Iorque e não sei como vai ser. Não sei se vou passar o ano perambulando pelos festivais, ou se vou me ocupar com a tradução do filme para o espanhol. Também tenho trabalhado na montagem do filme "La Operación", de Ana Maria Garcia, sobre a esterilização das mulheres em Porto Rico, segundo uma política feita e implantada pelo governo norte-americano. Há informações que dizem ter a esterilização atingido 35% das mulheres em idade de procriação em Porto Rico.

Célia Chalm



"Todas estamos despertas"

Os sandinistas tomaram o poder em julho de 1979, numa luta que envolveu uma participação muito alta da mulher, se comparada às guerras de libertação anteriores, em outros países. Dora María Tellez, 23 anos, foi a comandante militar na tomada de León, a segunda cidade do país; Mônica Baltodano, 25 anos, planejou toda a retirada de Manágua poucos dias antes da vitória, e 1/4 dos membros da Frente Sandinista eram Mulheres.

Essa participação continua agora, fase de reconstrução do país, tanto a nível da administração pública, da política,

quanto a nível militar, nos batalhões de reservas que permanecem em treinamento, principalmente após as ameaças de invasão da América Central pelos Estados Unidos ou por seus aliados.

É o que mostram estas fotos de Margareth Randall, uma norte-americana nacionalizada mexicana que viveu vários anos em Cuba e hoje trabalha no governo nicaraguense. Margareth é autora de vários livros sobre a situação da mulher no mundo, e dois deles, mais recentes, tratam da Nicarágua: "Somos milhões: a vida de Doris María, combatente nicara-

guense" e "Todas estamos despertas: testemunhos da mulher nicaraguense hoje".

"Participam das milícias pessoas comuns, homens, mulheres, jovens a partir de 16 anos. Desde novembro de 1981 há incursões de ex-somozistas que agem a partir de Honduras. Muitas mulheres são roubadas de suas aldeias, levadas para Honduras e violadas. Há casos de jovens que são enterrados vivos. Então precisamos manter uma vigilância constante" — diz Margareth.



Dora María, a comandante

O segredo mais bem guardado

Fátima Jordão, de Londres

Nos últimos dias de janeiro foi realizada em Manchester a primeira conferência inglesa sobre abuso sexual de crianças, ou melhor, de meninas. As organizadoras, ligadas ao Centro de Emergência de Estupro de Manchester, reconhecem que meninas também são vítimas de abuso sexual, no entanto a imensa maioria de vítimas, segundo a unanimidade dos levantamentos feitos, são meninas, assim como a maioria dos agressores são adultos do sexo masculino. Daí o título da conferência: "Poder Masculino e Abuso Sexual de Meninas".

Participaram da conferência um grande número de mulheres, elas próprias vítimas na infância e adolescência desse tipo de agressão, assim como Centros de Emergência de Estupro de várias cidades inglesas, grupos que atuam na área de violência contra mulheres, representantes de refúgios de mulheres agredidas e outras.

O assunto é tabu e a dificuldade

de discussão é enorme, mas os dados vêm se acumulando na Inglaterra, especialmente através dos Centros de Emergência que funcionam por telefone nas principais cidades. O quadro que se forma mostra o mesmo contorno e proporções dos inúmeros estudos conhecidos no Canadá e nos Estados Unidos.

Já em 1953 o famoso relatório Kinsey mostrava que 25% das mulheres adultas americanas experimentaram quando crianças alguma forma de encontro sexual com adultos. Em 1969, um relatório da American Humane Society configurou um perfil bastante preciso do problema, que desde então vem se confirmando em vários outros países. Os principais resultados, baseados em casos denunciados em Nova Iorque, mostraram: 97% dos agressores eram adultos e homens; 92% das vítimas, meninas; 75% dos adultos eram conhecidos das vítimas, a grande maioria morava com a criança e o

maior segmento de agressores eram pais e padrastos; quase a metade dos casos não eram investidas isoladas, mas situações que se prolongavam por vários anos; 2/3 das vítimas sofreram distúrbios emocionais, dentre os quais 14% de gravidade.

Depoimento de Katherine, publicado no "Spare Rib" no fim do ano passado: "Não sei ao certo quantos anos eu tinha quando aconteceu. Minha mãe trabalhava de noite e eu me lembro de meu pai me levar para o seu quarto e para sua cama larga e começava a esfregar seu pênis na minha vagina. —"Você gosta?" perguntava ele. Eu ficava quieta, aterrorizada, olhando para o teto, confusa e com sensação de náusea. A luz estava sempre apagada e nunca vi nem seus olhos nem seu pênis. Apenas a sombra de um homem muito grande, meu pai, neste ato secreto. Dizia ele que não deveria falar com ninguém, que era um segredo entre nós. E então ele me mandava de volta para a cama".

Este depoimento tipifica tantos outros apresentados no congresso e desloca incômodamente para dentro de casa eventos que normalmente são tratados pelos meios de comunicação de massa como se só ocorressem em terrenos baldios ou áreas urbanas decadentes.

Outros tantos mitos envolvendo o problema foram discutidos, como o alegado papel sedutor da menina adolescente. Na verdade, os dados mostram que o abuso começa na maioria dos casos entre três e cinco anos de idade e, no lugar de prazer na realização de fantasias mais íntimas, como afirmam algumas correntes da psiquiatria, o que ocorre é isolamento, terror, sentimento de culpa e distúrbios emocionais sérios.

Abuso do poder

Nos dias de reunião, o congresso se desdobrou em quase 40 seminários e apresentações cobrindo temas como poder paterno, lei e incesto, pornografia e criança, formas alternativas de aconselhamento e socorro, mitos que cercam o incesto, publicidade e pornografia infantil, etc.

No conjunto, três ângulos do problema se destacaram no relatório final:

1 — Devido à assimetria na relação adulto/criança, que nos casos familiares adquire valores de autoridade, obediência e dependência econômica, o problema de abuso sexual se caracteriza como abuso de poder e se localiza no limite da família e sociedades patriarcais. O próprio conceito de incesto é inaceitável, na medida em que implica mutualidade ou reciprocidade.

2 — A necessidade de proteção à criança, cujos relatos tendem a ser subestimados ou interpretados como fantasias (na origem disso está a concepção freudiana) para obscurecer a questão e não perturbar o equilíbrio familiar.

3 — O incesto não é tabu, e sim ocorrência bastante disseminada. Tabu é falar-se dele. Portanto, cabe ao movimento feminista romper o silêncio.

Relatórios da conferência podem ser obtidos através do Male Power and Sexual Abuse of Girls/Conference Planning Group, C/O PO Box 336 Manchester M60 2BS.



Desenho de Leonor Fini

Um assunto tabu começa a ser desvendado: o abuso sexual de meninas

1.

"Ela não sabe se nasceu dia 13 ou dia 14. Sabe que foi numa noite de black-out e em casa — diferente dos irmãos, que nasceram todos na maternidade. Era a caçula e a mais "clarinha". "Quem começou o desvio na família fui eu", diz. "Politicamente".

Um anjo de olhos tristes

Conflito e culpa no depoimento de uma mulher que, dos 6 aos 9 anos de idade, teve relações sexuais com um tio

Inês Castilho

2.

A primeira vez que ela tocou no assunto foi ao se confessar para a primeira comunhão. Por isso sabe que tinha 6 anos. Confessou que tinha rasgado uma camisola de raiva e a relação com o tio. A história da camisola, não sabe se era inventada ou de verdade. Não tem dúvidas sobre a relação com o tio "é a memória mais antiga que tenho de mim mesma."

Lembra-se que era de noite e estava na cama, as irmãs dormindo a seu lado. "Não sei porque eu imagino que estava doente, mas eu acho que não estava doente." Ele sentado, conduzindo a mão dela e se masturbando. Foi a primeira vez que viu esperma, e aquela boca rasgada, quase sem lábio.

A partir daí, obsessivamente, se confessava: "Padre, fiz coisa feia com meu tio." Obsessivamente, se via partida em duas: a que representava, mentia, camuflava o tempo todo e a verdadeira, cheia de culpa. "O corpo chagado de culpa. A lembrança, eu criança, é isso."

3.

O silêncio. Embora hoje tenha certeza de que o mesmo ocorreu com quase todas as irmãs e primas, o silêncio. Por três anos, só consegui repetir a mesma frase no escuro do confessional. A primeira vez que falou com alguém foi aos 16 anos, com o namorado que é hoje seu marido. E aos 18, para a mãe. Então com raiva, com ódio.

"Me lembro de uma viagem que fiz, sozinha com ele. Durante horas, viajei no fundo do carro, grudada no

vidro, ele me chamando para sentar do seu lado. Havia uma cumplicidade entre nós, fora da relação. Ele era paciente, gostava de crianças."

Lembra-se do dia em que ele a convidou para ir até o rio, lá longe, onde as crianças costumavam nadar. Atrás das palavras havia um código implícito, que ambos entendiam e do qual não se falava. Foi com ele, nadou e voltou vitoriosa. Daquela vez conseguiu escapar. Mas nem sempre era assim. Se sentia impotente, sem saída.

4.

Hoje ela sabe porque: "Tudo o que é introduzido pelo adulto é visto pela criança como uma coisa possível, bem feita. Eu me sentia protegida, de certa forma. Havia sempre gente da família por perto, aparentemente estava tudo bem".

A família era grande, relativamente tradicional. Ela já tinha ouvido sussurros sobre desquites, uma tentativa de suicídio, uma tia mãe solteira.

A avó materna era uma figura forte que rescendia a terra e passarinho. Em sua sólida e ampla casa, um clima de muita conversa e brincadeira fazia florescer a fantasia das crianças. Um bando de primos de ambos os sexos via televisão até tarde e dormia junto na cama da avó, que fumava escondido do avô e conhecia todo mundo da rua. Havia pouca interdição, um clima de sensualidade

O pai era imigrante espanhol e sua família não recebeu bem seu casamento com uma brasileira. Talvez em busca de aprovação, a mãe se casou também com a ideologia patriarcal espanhola. Colégio de freiras e vestidos, só com manga — esse foi o resultado. "Um clima extraordinariamente repressivo em termos de sexualidade", era o que ela sentia e o que pôde confirmar, mais tarde, ao comparar sua família com as outras que foi conhecendo.

De outro lado, porém, vivia a liberdade. Foi criada independente, aos 9 anos tinha autonomia para ir sozinha ao centro da cidade. Não havia o que não pudesse fazer só porque era menina. Três irmãs, três irmãos, todos executando as mesmas tarefas.

Em meio a isso tudo, a experiência da vida no interior, quando a sensação

de liberdade era plena, solta pelo mato.

5.

Havia sempre gente da família por perto. Como não percebiam? "É difícil para mim aceitar isso. Diz Paulo J. Caplan, sobre o livro *O segredo mais bem guardado: o abuso sexual de crianças*, de Florence Rush: "Ela documenta as formas como as estruturas sociais do passado e do presente moldaram a vida familiar, de modo que as mães se recusaram a ver que seus maridos violentaram suas filhas, de modo que os pais de ambos os sexos se recusaram até mesmo a falar para o tio Charlie ou para o vizinho Bob sobre seus assaltos sexuais contra suas filhas em idade pré-escolar".

6.

"Foi muito difícil entender minha participação na relação. Inúmeras vezes levantei os dados: vasculhei datas, lugares, restos de lembranças. Foi só à custa de muito trabalho que entendi a pergunta que queria fazer: o quanto o prazer me enredou na relação. E agora a imagem me vem forte, sem nuance: me vejo manipulada, uma mão poderosa me enredando no conhecimento de um prazer que não lembro e que não era o meu, para mim. De um prazer que o servia, e me mantinha".

7.

"O que marcou minha infância foi solidão culpa conflito, solidão culpa conflito. Pesa pesa pesa, dói. E tudo o que você quiser de ruim. Uma criança vivendo uma experiência desse tipo, acima de sua possibilidade de integração. Tudo, na minha infância e adolescência, convergia para resolver minha participação nessa relação. Toda minha energia era canalizada para isso.

Porque é o segredo mais bem guardado, a delinqüente que fui, que imaginei que fui, todas fomos. Isso me fez criar mecanismos de suspeição de mim mesma, me via sempre como uma verdadeira, escondida, e outra de fachada, a aparente. Uma na frente, outra atrás. A verdadeira sempre culpada."

"Não sou eu, mulher de 40 anos, quem reclama. Eu me gosto. Sou eu menina de 6 a 9 anos que reclamo pela perda da minha infância, pelo que perdi e não posso recuperar."

8.

Ela se levanta e vai buscar a fotografia da primeira comunhão. Toda de branco, como todas nós. Um anjo de grandes olhos tristes.

O que é família de Danda Prado, Coleção Primeiros Passos, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1981, 240 cruzeiros.



Danda Prado, O QUE É FAMÍLIA

Do Artesanal ao Industrial — A Exploração da Mulher — de Heleieth Saffioti, Hucitec, São Paulo, 1981, 850 cruzeiros.

Heleieth I.B. Saffioti
Do Artesanal ao Industrial — A EXPLORAÇÃO DA MULHER



Oh, linda imagem de mulher de Rosiska Darcy de Oliveira, Carmen da Silva, Mariska Ribeiro e Miguel Paiva, Ed. Brasiliense, Coleção Maria Sem Vergonha (de ser mulher), 1982, 650 cruzeiros.



O QUE É FAMÍLIA

Danda Prado é autora de vários trabalhos de pesquisa cujo tema é a mulher. Aqui, ela discorre de maneira genérica sobre um dos contextos em que se situa a problemática feminina: a família.

A família, afirma Danda, é uma relação institucional entre pessoas do mesmo sangue, isto é, um conjunto de direitos e deveres socialmente reconhecidos. Como tal, ela tem um caráter universal — existe em todas as sociedades — e um caráter específico — varia o reconhecimento das relações de sangue e conseqüentemente dos direitos e deveres nela implicados de uma sociedade para outra.

A autora pondera que a família é uma instituição social cada vez mais controlada pelo Estado, cabendo aos cidadãos a assistência, a educação e a manutenção das crianças e dos idosos. É frequente o surgimento de propostas alternativas de família que, ao buscar novas formas de relacionamento, incorrem num questionamento do modelo vigente e até mesmo de toda a sociedade. As comunidades, em geral de origem mística, religiosa ou de caráter político-ideológico; o casamento de participação ou de experiência, as uniões livres ou uniões homossexuais sobrepondo-se ao casamento civil; as famílias poligâmicas que, em algumas

sociedades africanas, sobrepoem-se ao modelo conjugal. Mesmo assim, através da família, o Estado exerce um controle sobre os indivíduos, seja diretamente, através da legislação, seja indiretamente, reforçando a exclusividade dos papéis de esposa e de mãe atribuídos à mulher dentro do lar, mecanismo eficaz para garantir estabilidade da célula conjugal.

As discussões sobre o futuro da família contemporânea, segundo Danda Prado, apontam em diferentes direções: de um lado há os que alertam para a "crise" da família, com a ruptura dos laços que unem velhas e novas gerações, a instabilidade do casamento e a destruição sistemática do lar/ninho. De outra parte há os que consideram a família uma instituição ultrapassada no que se refere ao exercício da autoridade e à centralização do poder na figura dos pais e propõem a reinvenção de "espaços de livre escola".

O exercício, pela família, das funções econômicas, de reprodução, identificação social e socialização responde tanto pela distribuição de atividades entre homens e mulheres segundo uma grande diferenciação de papéis, quanto pela transmissão de maneiras de agir, pensar e sentir que garantem a continuidade familiar e em última instância, a reprodução da própria sociedade.

Muito adequadamente, Danda chama atenção para as idealizações da família no passado. Contesta a idéia

de crise na instituição familiar, idéia essa que só é possível por oposição a um modelo ideal proposto em geral pelas instâncias da Igreja e do Estado e mostra que a diversidade de formas familiares tem acompanhado a transformação da sociedade.

Na descrição do quadro geral da família brasileira contemporânea, a autora alerta para os parâmetros institucionais expressos no código Civil e para a idealização da família patriarcal do passado que foi baseada nos grupos dominantes, que representam apenas um pequeno segmento da população. Tece considerações sobre as famílias indígenas e negras que adaptam seus padrões ao código da sociedade mais ampla.

Termina seu trabalho ressaltando o fato de que a família nuclear isola o indivíduo em pequenas unidades, compondo uma estrutura ideal para sua manipulação por poderes mais amplos. Afirma ainda que a busca de soluções para a instituição familiar deve sempre respeitar as diferenças e evitar aspectos normativos muito restritos.

A leitura do texto vai permitir ao leitor não falar mais da família nas das famílias que, no interior da sociedade, variam segundo o espaço, o tempo, a estrutura social e os processos de transformação em curso. Neste sentido, estão dados os primeiros passos para uma adequada colocação do tema.

Lia Fukui

ATENÇÃO, EDITORAS!

Um livro lançado em 1975, hoje completamente esgotado nas livrarias e dois livros ainda não editados no Brasil: estas são as dicas de publicação que damos aos editores, se eles quiserem ter a nós, mulheres, como leitoras.

Palavras por dizer - (Les mots pour dire), de Marie Cardinal, Imago Editora, 1975, 179 páginas.

Mais que o simples relato de uma experiência de vida revelada em consecutivas sessões psicanalíticas, a argelina Marie Cardinal se mostra uma escritora justamente com grande capacidade de dizer as palavras certas. Não apenas certas: a "qualidade" das palavras empregadas é uma de suas marcas pessoais como escritora. Estamos diante de um texto tenso, vertical, cujo tom confessional e emocional sempre se ajustam a um estilo literário nítido, que não se arrefece em nenhum momento.

Se a autora, pela qualidade de seu texto, firma posição no meio literário, se seus relatos analíticos interessam a todos que passaram por processo idêntico, se a trajetória de sua vida tem um marcante

interesse humano e até social é, sem dúvida, às mulheres, que suas palavras podem oferecer maiores riquezas.

A opressão que a personagem sofre desde o seu nascimento, e que a leva à quase loucura, é nitidamente a opressão a que é submetido todo ser feminino, dentro de um contexto ancestral e atávico. E só quando a autora descobre que sua mãe, elemento que no livro representa todas as forças opressoras, é também vítima da mesma estrutura, consegue finalmente perdô-la e liberar-se da análise.

A autora, descobre, com a análise, sua condição feminina: "Ah, sim, na verdade a consciência de minha condição feminina me fez descobrir coisas! Só agora percebi que nunca havia lido verdadeiramente um jornal, nunca tinha verdadeiramente escutado as notícias, que tinha encarado a guerra da Argélia como um caso sentimental, uma triste história da família. E por quê? Porque não tinha papel a representar na sociedade onde

nasci e onde me tornei louca. Papel algum a não ser gerar filhos para que as guerras e os governos prosseguissem, e filhos para, por sua vez, darem filhos aos filhos. Trinta e sete anos de submissão absoluta. Trinta e sete anos para aceitar a

desigualdade e a injustiça sem mesmo enxergar!"

Se a mulher aproveita melhor, nos dias de hoje, suas potencialidades, a defasagem de tempo entre os dois sexos permanece. A autora, por exemplo, se libera existencialmente em consequência de uma análise em que, a nosso ver, tinha mais a oferecer ao médico que a receber dele. E, depois dessa longa trajetória, volta aos braços do marido, de quem estava separada, depois que este lê os manuscritos de seu livro e imediatamente se apaixona "pela mulher que escreveu aquelas palavras". É de se supor que o marido tenha feito também uma análise, para aceitar assim tão prontamente, em bases reais, aquela nova mulher...

Se a autora descobre muito sobre a condição feminina, aos trinta e sete anos, do final dos anos quarenta em diante, muitas mulheres, nos dias que correm, não arranharam ainda a membrana dos seus próprios úteros... Basta ver uma revista de modas, para se perceber a imagem que o ser feminino faz dele próprio, mesmo em revistas que se chamam "Nova" ou coisa no gênero...

Ah, a coragem e o orgulho da mulher!... Quando desfrutaremos deles? No caso de Marie Cardinal, mais do que a análise, são as palavras que a redimem.

DO ARTESANAL AO INDUSTRIAL — A EXPLORAÇÃO DA MULHER

Alguns anos antes de direitos femininos transformarem-se em política e estudos sobre a mulher em filão acadêmico, Heleieth Saffioti lançava entre nós *A mulher na sociedade de classes*. Já naquela época, conceitos e categorias que anos após viriam a se tornar carros-chefe de pesquisa feminina estavam virtual ou explicitamente por ela propostos: sujeição, identidade, papel sexual, trabalhadora-reserva, etc. Desde então, parece que o destino de Heleieth Saffioti dentro dessa difusa área de estudos sobre a mulher foi o de abrir trilhas e levantar discussões: enfrentou o problema da empregada doméstica (quando ainda não tínhamos refletido sobre o assunto e nos sentíamos todas vagamente culpadas), o do trabalho doméstico, o da categoria teórica de trabalho feminino e, agora, publica um livro no qual se propõe à tarefa de comparar mulheres operárias têxteis em universos tão distintos quanto os brasileiro e norte-americano.

Mas aqui não vale escamotear: se com sua ousadia pessoal e intelectual Heleieth foi e é fonte de inspiração para as pesquisas que a seguem, o preço de sua coragem tem sido a revisão (freqüentemente por ela mesmo iniciada) de várias de suas propostas: a de "modo de produção doméstico", por exemplo, depois de acalorados debates, felizmente, parece arquivada.

Do artesanal ao industrial — A exploração da mulher consiste no resultado de uma pesquisa conduzida com as operárias de duas fábricas têxteis de São Paulo e de uma fábrica de sutiãs perto de Nova Iorque. Na análise do trabalho feminino fabril, contudo, a ênfase maior está sobre as operárias brasileiras. Essas são compreendidas como parte, de um lado, da história da

indústria têxtil no Brasil e, de outro, como parte da história do trabalho da mulher. Apenas ao final do livro aparecem as proletárias americanas. Essas não são tratadas na profundidade das brasileiras; de certo modo surgem mais como um recurso para a análise das têxteis de São Paulo (através do qual é possível a Heleieth aprender o específico ao têxtil, o específico ao Brasil e o genérico à mulher).

Ao final, uma conclusão importante: num ambiente social carente e predatório como o brasileiro, a condição operária constitui um (doloroso) privilégio ocupacional para mulheres pobres; nos Estados Unidos, as têxteis constituem um dos mais baixos segmentos da pirâmide social. E a defesa da tese se faz a partir de um material empírico de boa qualidade e cuidadosamente trabalhado: não apenas a história do trabalho feminino em ambos os países como também o da indústria têxtil; não apenas estatísticas sobre população economicamente ativa quanto entrevistas em profundidade.

Claro está que o projeto era ambicioso, mas seu desafio foi enfrentado com eficiência. Heleieth Saffioti escreveu livro novo, bibliografia obrigatória para a temática do trabalho feminino: competente, levemente irônico, ousado. O que, afinal, já era sua marca.

Maria Valéria Junho Pena

OH, LINDA IMAGEM DE MULHER

Este segundo número da coleção *Maria-Sem Vergonha*, idealizada pela equipe do IDAC (Instituto de Ação Cultural) desmonta lindamente os condicionamentos a que a mulher está sujeita.

Entremeando de maneira habilidosa reflexões sobre a condição feminina com a estória de Maria, narrada através de texto e diálogos ilustrados, os autores desvendam, à medida em que a heróina vai-se inteirando do papel que lhe foi imposto desde o

nascimento, as pressões que a sociedade exerce sobre a mulher para adaptá-la ao seu destino de esposa e mãe: a posição secundária que aprendeu a assumir diante do homem, os modos e as maneiras adequadas, os brinquedos apropriados, as interdições que sofreu quando ousou transgredir as regras estabelecidas, as pressões a que sucumbiu para abandonar projetos de carreira, e, finalmente, sua perplexidade ao perceber que, mesmo vivendo em circunstâncias diferentes, continuava repetindo os comportamentos da mãe e da avó — "essa avó e essa mãe com quem tinha jurado não se parecer jamais".

O descompasso entre as novas exigências do cotidiano, e os valores que continuam definindo o papel da mulher; as tensões e os sentimentos de culpa advindos do confronto entre uma profunda consciência do que se espera dela enquanto mulher e enquanto mãe, e a vontade de realizar-se como pessoa são os problemas enfrentados não só por esta Maria, mas por muitas outras, que buscam ansiosamente sua identidade no mundo de hoje e uma saída para os seus conflitos.

Ao compreender sua própria situação. Maria percebe que para mudar essa realidade não basta apenas se conscientizar e denunciar os mitos que vêm alimentando a identidade feminina, mas é necessária a união das mulheres na luta para transformar as regras da sociedade e o próprio homem, pois somente quando este mudar a imagem de si próprio poderá aceitar essa nova imagem de mulher.

Utilizando-se de ilustrações muito significativas e de uma narrativa dinâmica, os autores conseguem transmitir toda a carga de ambiguidades, contradições, incertezas, e — por que não? — de esperanças vividas pela mulher que resolveu assumir sua nova condição e lutar por um espaço na sociedade atual. Bem-vinda, oh linda e nova imagem de mulher!

Regina Pahim Pinto

Palavras que as mulheres estão apenas começando a saber dizer.

Rachel Jardim

Il Primo Anno Del Nostro Bambino — Giuseppe Ricci — Francesco Tonucci — Fabbri Editori, Milano, 1980.

O primeiro ano do bebê — A não ser os textos clássicos ou de moda acadêmica, descobertos ou redescobertos alhures (geralmente via França), a produção bibliográfica italiana encontra certa resistência nos meios editoriais brasileiros. Preconceito ou descuido muito empobrecedor. A equipe da Fundação Carlos Chagas que está trabalhando num projeto sobre creche tem recebido o material italiano que dá vontade de mostrar e indicar para todo mundo. Por exemplo, a série de livros de Francesco Tonucci (Grupo Editoriale Fabbri), sobre a educação de crianças pequenas. *Il Primo Anno Del Nostro Bambino* até que poderia servir de contra-modelo ao repressivo, culpabilizante *A vida do bebê* do dr. Rinaldo de Lamare. A procura de uma proposta educativa contestadora e libertária para a criança transparece também na criação do livro; pelo texto sim, mas principalmente pela produção gráfica de Francesco Tonucci, criador do excelente *Con Gli Occhi Del Bambino* do qual

reproduzimos a charge que ilustra esta matéria.

Fúlvia Rosemberg

Então crianças ... bem ... vocês devem saber que, bem as flores têm uma parte masculina e uma ... bem ... feminina ... Então as abelhas ... bem ...



Mitos da dominação masculina

As antropólogas norte-americanas não são de todo desconhecidas no Brasil; temos traduções dos livros de Margaret Mead, Ruth Benedict, Ruth Landes e uma coletânea de artigos editada por Michelle

Rosaldo e Louise Lamphere. A perspectiva marxista, no entanto, permanece estranhamente ausente desta lista de pesquisadoras, boa parte delas traduzida graças ao seu interesse na análise da situação da mulher de um ponto de vista comparativo. Ou o que se traduz são produções antigas e teoricamente rígidas, que não incorporam ao debate todo um conjunto de novas pesquisas que se tem modificado bastante.

Os trabalhos de Eleanor Burke Leacock, parte importante deste debate, são assim apenas conhecidos de um pequeno número de estudantes de antropologia ou dos que se interessam pela questão da definição do papel da mulher na sociedade. Em 1981 ela lançou *Mitos da Dominação Masculina*, uma coletânea de artigos escritos durante mais de 30 anos, que seria uma boa oportunidade de torná-la conhecida dos leitores brasileiros. Incluindo estudos etnográficos sobre os povos da Península do Labrador, apresentações da obra de Lewis H. Morgan e de F. Engels e críticas ao estruturalismo e à sociobiologia, os ensaios aqui reunidos atacam consistentemente a noção de que a dominação masculina é um fato comprovado em todas as sociedades humanas.

Marlisa Corrêa

SEMINÁRIO NO MÉXICO

Em busca de espelhos reais

Adélia Borges

Que os meios de comunicação social apresentam uma imagem estereotipada e deturpada sobre a mulher, todas nós sabemos. Mas o que tem sido feito em nosso continente para romper essa imagem? Quais as conquistas e as dificuldades das novas experiências neste setor? E o que fazer para que elas se desenvolvam, e se fortaleçam? Com o objetivo de discutir essas questões, foi realizado na Cidade do México, em março, um seminário sobre "A comunicação alternativa da Mulher na América Latina". Mulherio participou, relatando sua experiência. O seminário foi promovido pela Unesco e pelo Instituto Latino-americano de Estudos Transnacionais (ILET), do México.

A preocupação da Unesco com o tema é antiga, mas se acentuou a partir de 1975, e se inscreve dentro de suas propostas de uma Nova Ordem Informativa Internacional. Um estudo recente da organização sobre o tema, realizado pela pesquisadora inglesa Margareth Gallagher, demonstra que a imagem que os meios de comunicação apresentam sobre a mulher varia pouco de país a país: reforçam a orientação caseira da mulher, cujo espaço de vida é, por excelência, as quatro paredes de lar; utilizam-na como objeto sexual, sobretudo na propaganda, insistindo na importância da beleza e da juventude; apresentam uma dicotomia entre a virgem e a prostituta, entre a "boa" e a "má"; e valorizam as características femininas tradicionais, como passividade, dependência e indecisão. O estudo mostra ainda que, apesar de serem metade da população mundial, as notícias sobre mulheres raramente ocupam mais de 20% do espaço de um meio.

Outro estudo, das chilenas Adriana Santa Cruz e Viviana Erazo, coordenadoras da Unidade de Comunicação Alternativa da Mulher do ILET, confirma esse diagnóstico e acrescenta contornos mais precisos para o caso da América Latina. Analisando revistas femininas de grande circulação em mais de 20 países latino-americanos, elas constataram a existência de um modelo único de mulher, que não tem um só traço físico ou cultural que se origine em uma das tantas culturas do continente. É a imagem de uma mulher essencialmente consumista, de elevado nível sócio-econômico, jovem, esbelta, ocidental e sexualmente irresistível, pouco interessada nos problemas sociais. Esta imagem "pretende ser a essência da Mulher, com maiúscula", e "é uma das manifestações do projeto homogeneizador da cultura transnacional", dizem elas.

A nossa resposta

O impacto nocivo exercido pelo sistema de comunicações dominante é óbvio: ele trabalha por mulheres acrílicas, desinformadas sobre sistemas, facilmente monobráveis pelo poder. É urgente, portanto, a necessidade de



gerar uma resposta alternativa a esse sistema, que reflita mulheres reais em oposição às imagens estereotipadas, e contribua para unificar esforços dos vários movimentos que tentam superar a condição inferiorizada da mulher.

Ainda que com inúmeras dificuldades, essas respostas já se estão dando, como demonstram as várias e diversificadas experiências relatadas no seminário. Na mesma linha de Mulherio — periódicos dirigidos a uma faixa mais ampla de mulheres dos setores médios da população — apresentaram-se a revista FEM, do México, bimestral, editada desde 1976 por um Coletivo de mulheres representantes de várias tendências; e a revista Nueva Mujer, do Equador, mensal, criada em dezembro de 1980.

Experiências mais diretamente ligadas aos setores populares foram relatadas com os exemplos da Rádio Enriquillo, uma emissora católica de Tamayo, interior da República Dominicana, com uma programação especial para a mulher; da revista Maria, Liberacion del Pueblo, mensal, há seis anos editada e distribuída nas colônias populares de Cuernavaca, México; e um projeto de programa de rádio no Peru. Os dois primeiros casos mostram uma rica e produtiva vinculação entre veículo e público, em que este participa diretamente da elaboração do programa ou da publicação. Ainda neste bloco de apresentações, a escritora Margareth Randall expôs seu trabalho: livros-reportagem sobre a situação da mulher em vários países.

Foram relatadas também duas experiências de redes internacionais: ISIS, um boletim trimestral dirigido a grupos feministas em vários países, editado em Genebra e em Roma; e a OIM, Oficina Informativa da Mulher, um serviço de produção de matérias jornalísticas sobre mulher que opera

com a agência internacional de notícias IPS.

Finalmente, analisou-se a possibilidade de inserção de mensagens não estereotipadas sobre mulher em meios de comunicação tradicionais, a partir dos relatos das experiências do suplemento feminino do El Nacional, diário de maior circulação da Venezuela, e da produção por um órgão do governo mexicano de telenovelas, radionovelas e fotonovelas alternativas.

Entre as várias dificuldades apontadas para o prosseguimento e o fortalecimento dessas experiências, a principal é a escassez de recursos financeiros. Os empresários recusam-se a fazer publicidade em meios de comunicação que contestam o consumismo e têm em geral uma posição política de esquerda; os sistemas atuais de distribuição, estreitamente vinculados à comunicação dominante, não estão ao alcance dos meios de comunicação alternativa e, às vezes, recusam-se a distribuí-los; e as instituições, organismos e fundações que habitualmente financiam atividades de pesquisa ainda não possuem um adequado nível de consciência do potencial da comunicação alternativa. O resultado de tudo isso é a dificuldade em competir com as publicações femininas das grandes empresas editoriais que, graças à publicidade abundante, podem vender-se por um preço baixo.

Ao final do seminário, estabeleceram-se várias medidas com a intenção de superar essas e outras dificuldades. Todas elas convergem para um aumento do intercâmbio entre as diversas experiências, no sentido de formar o que uma das participantes chamou de "a nossa Máfia": um organismo cada vez mais forte e poderoso, com distintas ramificações, para que os meios de comunicação reflitam mulheres reais, inteltras, e não bonecas sem cabeça, ou cabeça sem corpo, ou sexo sem o resto.

Enfim, algo para as mulheres de Atenas

Cheira a bolor o "novo" suplemento semanal da Folha de S. Paulo, "Mulher", lançado em abril. Justamente o jornal que mais se destacava no país por uma, ainda que pequena, digna cobertura dos eventos e assuntos relacionados à mulher, sai agora com uma imitação piorada do "Suplemento Feminino" do Estadão. Ou seja: algo que continua vendo a mulher como um ser relegado às quatro paredes de casa, com uma ou outra veleidade de assunto mais "sério" ou "moderninho", e basicamente voltado para aumentar nosso consumo nesse tempo de vacas magras.

Em matéria publicada na Folha anunciando o lançamento de "Mulher", a editora Sheila Lobato diz que ele pretende ser "um veículo dinâmico, feito para a mulher prática". Tudo muito prático mesmo. É só ver o quadro que nos ensina a racionalizar os serviços domésticos, publicado na página 8 do nº 1. Entre os conselhos do que devemos fazer todos os dias, está: "fazer o café da manhã" (que novidade!), "passar aspirador de pó nas salas e nos estofados" (e eu que não tenho aspirador nem estofados e só uma sala, o que faço?), "preparar o almoço", mas veja bem, "só depois que o almoço estiver pronto é que deverá pôr a mesa", com "prato, talheres comuns, de sobremesa e para as comidas, copo, porta-copos, descansos, guardanapos, torradas, manteiga, jarra de sobremesa"... e por aí vai. Pobres de nós! Falta-nos competência até para fazer o que fazemos há milênios, e todos os dias — arrumar, lavar, passar, cozinhar.

No mesmo número, a matéria de capa fala de uma "mulher de verdade" — e disso eu não discordo nem um pouco —, Regina Duarte, mas de um jeito que deturpa os pensamentos da atriz. Na página 4, por exemplo, a "chamada" (um texto que funciona como chamariz) reproduz uma afirmação de Regina; "O engajamento político limita a visão do artista. O artista não deve ser político." Surpresa! Regina Duarte, a mesma das campanhas do Fernando Henrique, a mulher solidária com os movimentos sociais dizendo isso? Realmente, lendo a matéria toda dá para ver que não era bem assim: Regina diz que luta "por um sistema que devolva ao povo brasileiro condições de liberdade e vida melhor", o que é política, sim; só que não quer se filiar hoje a um partido.

Fora isso, o suplemento traz outras matérias praticíssimas, como aquela que ensina a "fazer muito charme gastando pouco", "só" Cr\$ 12.580,00 (o equivalente a um salário mínimo) por "um conjunto que sai à tarde e resiste até a noite" ou aquela que mostra como um empresário decorou seu apartamento (quantas leitoras terão poder aquisitivo para copiá-lo?). E as habituais matérias de beleza, culinária etc. etc., tudo recheado com várias dicas de novos produtos, ou



Inspirei-me
nas dicas
do jornal

seja, os velhos anúncios classificados disfarçados de matérias jornalísticas.

Entre as poucas coisas que se salvam, está a coluna da ótima Marta Suplicy — enfim uma mulher falando na imprensa sobre vida sexual e afetiva a partir do nosso ponto de vista.

Por tudo isso, o "dinâmico" suplemento lembra mesmo coisas como o livro "O conselheiro prático da família brasileira — Enciclopédia dos conhecimentos indispensáveis na vida prática", editado em 1883 no Rio. É só ler para conferir.

Finalmente, uma dúvida existencial. Na carta de apresentação de "Mulher", no número 1, a editora Sheila Lobato diz que o suplemento quer "agradar a gregas e troianas". E eu, meu Deus, quem sou?

Adélla Borges

8 DE MARÇO

Pequenos dão banho

"Por falar em feministas, elas já estão sendo catalogadas. A Associação Brasileira de Cultura e Divulgação está preparando um livro chamado A Mulher no Brasil. Será o who's who do feminismo brasileiro. As feministas já são numerosas, mas o livro não deverá ter muitas páginas. Para que a repetição não seja muito evidente, os dados biográficos de cada uma deverão ser sucintos. E, além disso, não existe feminista que justifique o acréscimo de uma foto ou que torne necessária a divulgação do número de seu telefone". (Jornal da Tarde, SP, 10/3/82.)

"Perseverança, força de vontade e 'garra' — tais são as características das mulheres que trabalham em Goiás, entrevistadas pelo DM". (Diário da Manhã, Goiânia, 7/3/82.)

Entre o irônico desprezo do comentarista "chic" de Artes e Espetáculos, Telmo Martino, e o entusiasmo apaixonado da redatora Aymés Beatriz, em matéria de página dupla na editoria de Economia do Jornal goiano, há várias tonalidades observadas pela imprensa brasileira ao publicarem matérias sobre ou a propósito do 8 de março.

Analisando-se textos de alguns jornais brasileiros, do Rio e de São Paulo e de centros menores, dá para fazer uma panorâmica dos caminhos e descaminhos das coberturas. Há uma nítida diferença entre uns e outros, com saldo positivo a favor das pequenas capitais.

A grande imprensa do eixo Rio—São Paulo tem ambições universalizantes, o que implica uma pauta mais diversificada, daí a tendência das matérias serem um resumo dos eventos, principalmente quando se trata de datas comemorativas. Mas o "resumo" também toma partido, acentuando o caráter político de algumas manifestações ou reforçando a idéia (fruto de preconceitos) que quase tudo foi protesto (e as participantes sabem que a coisa era outra). É este o caso dos jornais O Estado de S. Paulo, Jornal da Tarde, Folha de São Paulo (com maior número de matérias e o habitual artigo de Ireda Cardoso sob a rubrica Feminismo), O Globo e o Jornal do Brasil.

Já os jornais de centros menores apresentam uma cobertura local mais aprofundada, pouco se reportando às grandes metrópoles. É o caso de O Povo, de Fortaleza, da Folha de Goyas, e do Diário da Manhã, de Goiânia.

Nas matérias "a propósito" da mulher, pautadas em função do dia 8, os jornais menores também dão um banho nos maiores, ainda mais se pensarmos na desproporção de recursos. A exceção é a Folha de S. Paulo que editou um número inteiro do suplemento dominical Folhetim sobre questões femininas (em parte explicável pela presença, na redação do jornal, de mulheres atuantes em movimentos feministas).

Agora, as boas e estimulantes surpresas: a matéria "Quem se importa com elas", de Gley Coutinho, uma página inteira de A Gazeta de Vitória, (7/3), sobre as 36 mulheres assassinadas pelos seus homens, em 1981, no Espírito Santo; e a matéria de página dupla enfocando o trabalho feminino, na editoria de Economia do Diário da Manhã de Goiânia (7/13).

A classificação nessa editoria é um dado importante, pois na maioria das vezes mulher é assunto para o 2º caderno (a parte mais "leve" do jornal).

Dulcilla Buitoni

CINEMA

Sem fantasia

Ficha técnica: Mulheres da Boca; **direção:** Cida Aida e Inês Castilho; **roteiro:** Cida Aida, Inês Castilho, Jacira Vieira Mele, Márcia Vicente, Sara Feldman; **produção:** Wagner Paula de Carvalho; **foto:** Chico Botelho, 22 minutos, 16 mm, colorido.

Para um filme que pretende abordar a prostituição, as primeiras cenas surpreendem. A câmera passeia entre mulheres em grupo, sem procurar destacar nada que marque a diferença entre elas e nós, espectadoras (a não ser, é claro, a indisfarçável pobreza — que entretanto não é característica exclusiva das prostitutas). Nada que identifique as putas-fatais-fálicas-sedutoras (felizes?) do imaginário masculino — vide o personagem de Tânia Alves em "O Olho Mágico do Amor", encarnação sacana da prostituta realizada, mito —, fantasma que ilude e assombra nossa já tão difícil identidade sexual. Também não é um boletim estilo Bethânia (... "se meu passado foi lama...") que marca as primeiras imagens de *Mulheres da Boca*, mas a voz frágil de Yoko Ono cantando "It Happens" ("Acontece")...

É nesse tom que segue o filme. Inês Castilho (jornalista), Cida Aida (psicóloga) e as outras mulheres e homens da equipe de *Mulheres da Boca* aproximam-se do cotidiano da prostituição no centro de São Paulo. Sem buscar o alibi do distanciamento científico — o filme não se apresenta como

"pesquisa" —, aproxima-se do universo afetivo, da intimidade de várias mulheres, não a partir da diferença mas a partir da identificação.

Não se trata de uma afirmação, por parte das cineastas, de sua ausência de preconceitos; aliás, fazer apologia de nosso "espírito despreconcebido" é um truque que funciona apenas para enaltecer o "despreconceituoso" e humilhar a vítima com um olhar paternalista e cristão. O que as cineastas fizeram foi captar, nessas "Mulheres da Boca", aquilo que mais as sensibilizou: justamente a carência. Justamente a fragilidade.

A câmera de Chico Botelho descreve carinhosamente um rosto inibido de mulher. Demora nos revelando a ambigüidade desse rosto: braços endurecidos/entristecidos expressam uma afetividade quase infantil. Outra cena, a única "cena de cama" do filme, uma prostituta representa uma briga com seu cafetão. Motivo "clássico": o dinheiro que ela escondeu. Para o filho. Mas a "atriz" está bem demais no papel, representa a si mesma e seu ódio é real quando o homem a joga na cama e ela chuta com as duas pernas para cima gritando "saí! saí!". Não é erótica a cena do quarto mas também não é exótica, não faz o gênero mundo cão (Marília Pera em "Pixote", outra puta criada por um homem, mostrando enojada o feto na lixeira do banheiro). É comovente: uma mulher esperneia e grita contra sua completa des-



Foto Wagner Carvalho

proteção, contra a ausência total de garantias da sua vida.

Não é erótica a única "cena de cama" de *Mulheres da Boca*, filme que se recusa a explorar a sexualidade das prostitutas. Com exceção do belíssimo strip-tease na boate Concorde — erotismo produzido, teatralizado segundo todos os requisitos do que supomos ser a sensualidade —, o filme no mais é terno. As mulheres entre elas se olham, brincam, se abraçam; suprem juntas um pouco do que lhes falta (ao contrário mais uma vez da puta-mítica de Jorge Amado, solitária, auto-suficiente). A parte desses pequenos carinhos entre mulheres, não há refresco para nossa imaginação perversa que deseja fazer da prostituição o lugar da sensualidade feminina liberada. Do ponto de vista das prostitutas de *As Mulheres da Boca*, o sexo é negócio desenergizado. Questão de sobrevivência...

Do ponto de vista da puta, o erotismo é uma fantasia para homens.

Maria Rita Kehl

MÚSICA

Amélia ainda é a mulher de verdade?

É tão raro aparecer algum espetáculo preocupado com a questão da mulher, que, quando isso acontece, parece que o pessoal acaba indo com "muita sede ao pote"... É esse, pelo menos, o caso do show "Mulher, val cavar a nota" de Maricene Costa, apresentado em março em São Paulo.

O espetáculo tem como proposta fazer uma cronologia da condição feminina através da MPB nos últimos — pasmem! — 200 anos... Executar tal tarefa em 90 minutos pode ser considerada praticamente uma missão impossível — e, é claro, isso resultou num espetáculo superficial e parcial.

Há momentos em que o roteiro, escrito por José Ramos Tinhorão, ignora passos importantíssimos da MPB. Por exemplo, quando pula de 1950 a 1975, passando por cima da bossa nova, da música de protesto, da jovem guarda e do tropicalismo.

Mas, assim mesmo, o show é gostoso. Leve. Alegre. É "pra cima": Maricene não deixa cair a peteca. É versátil, simpática e afinada. Se faz acompanhar de um excelente regional que colore o espetáculo com instrumentistas brilhantes, "Isafas e seus chorões".

Além disso, se a escolha das músicas a nível de situar a questão da mulher me pareceu aleatória, em termos musicais ocorre justamente o

contrário: desfilam suas musas compositores como Noel Rosa, Ataulfo Alves, Haroldo Lobo, Chico Buarque e Milton Nascimento. Excelente repertório privilegiado pela interpretação de Maricene, especialmente em "D. Vera" — uma beleza de chorinho de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira — e a deliciosa "Feijoada Completa" de Chico.

Assim, a proposta de show parece ser sacrificada em função das músicas escolhidas, o mesmo acontecendo com o texto. Neste sentido, a proposta parece limitar-se a uma idéia central, preconcebida, que orientou todo o argumento: "nada mudou em relação à situação da mulher".

Portanto, no final do show chega-se à conclusão que Chico Buarque é tão machista quanto os compositores da "velha guarda"... E aí não dá pé: e "Mulheres de Atenas", "Olhos nos Olhos", "Deixa a menina", "Geni", "Cotidiano" e tantas, tantas outras? E os outros compositores, preocupados com uma nova imagem de mulher? E as compositoras?

Valeu a intenção. Mas para valer a pena mesmo seria preciso ir um pouco além, deixar fluir o próprio discurso da MPB sobre a mulher. Afinal, ela já não é mais aquela.

Eliane Robert Moraes



E o prazer de falar de prazer?

O grupo Sexualidade e Política, de São Paulo, acaba de lançar o folheto **Prazer é Revolucionário**. O nome é entusiasmador, assim como a proposta: "Ser uma espécie de dicionário de informações sobre saúde e sexualidade, dirigido às mulheres das classes populares, que até agora tiveram pouco acesso a esse tipo de informação e reflexão". É o que afirma Taís, uma das militantes do grupo, que surgiu em agosto de 1980, quando algumas feministas independentes, ou ligadas a outras entidades, se propuseram levar a discussão desses temas às mulheres não feministas, que se organizam nos movimentos populares, ou que apenas iniciam um processo de conscientização.

Desde então, entraram em contato com mulheres que atuavam em grupos de paróquia, associações de bairro, clubes de mães, em regiões como Moca, Carapicuíba, Grajaú e Taboão, da periferia de São Paulo. Sempre que essas mulheres mostraram interesse em debater o assunto, o grupo organizava palestras sobre o corpo da mulher e do homem, reprodução, prazer, contracepção, aborto, gravidez, parto, amamentação, menopausa, doenças sexualmente transmitidas e controle do corpo pelo auto-exame.

Esses temas constam do folheto, feito com o propósito de servir de "memórias das palestras" e fonte de informação a ser trabalhada pelas próprias mulheres. "Nossa idéia é que elas dêem continuidade e vida ao trabalho,

Prazer



é revolucionário



CORPO DA MULHER
GRAVIDEZ
SEXUALIDADE
MENOPAUSA

elaborando novo folheto, por elas mesmas, com seus depoimentos, e sem as informações que julgarem desnecessárias", explica Taís.

Segundo ela, as dificuldades para fazer o folheto foram muitas. "Procuramos, no levantamento dos assuntos, ser simples e diretas, empregar pouca elaboração teórica e transmitir claramente as informações, para que o folheto seja de fato um instrumento de trabalho concreto, de reflexão".

Contudo, para algumas pessoas que estão pesquisando as imagens que ilustram publicações como esta, sobre sexualidade, surgem algumas perguntas: Até que ponto alguns desenhos do folheto contribuem para tornar mais assimiláveis as informações inovadas pelo texto? Será que as mulheres identificam, nestas imagens pouco prazerosas, o que elas conhecem ou procuram descobrir e sentir no seu próprio corpo?

Para todo mundo que não mais duvida de que o prazer é revolucionário vem a exclamação: Pena que um folheto que leva esse nome reserve para o prazer um texto de pouco mais de uma página, e, ainda por cima, espremido entre a reprodução e a contracepção! Principalmente quando se sabe que falar de prazer, descobrir o prazer, sentir prazer empolga, entusiasma, arrebatava as mulheres, sempre que elas se reúnem para discutir sua sexualidade.

Cecília Simonetti

A APEM manda ver

A APEM-RJ (Associação de Pesquisas e Estudos da Mulher) organizou uma série de debates no segundo semestre de 1981, onde as associadas expuseram seus trabalhos de pesquisa. Para divulgá-los a um público mais amplo, esses trabalhos começaram a ser editados em um conjunto de estudos que podem ser solicitados por correspondência endereçada à APEM-RJ (Caixa Postal 9022, ZC-22260, Rio de Janeiro, RJ). Já foram lançados: nº 1, "A representação da mulher na perspectiva infantil", de Amaryllis Schvinger, Dulce Otero e Marília de Oliveira Fontes; nº 2, "Mulheres pesquisando mulheres", de Danda Prado; nº 3, "Estudos de mulheres em versão brasileira", de Neuma Aguiar; e nº 4, "Da tirania da ausência de estrutura: uma tradução livre do texto de Joelle", de Amaryllis Schvinger. Os nº 1 e 3 custam, cada um, 16 selos postais de Cr\$ 17,00; e os nºs 2 e 4, cada, 10 selos de Cr\$ 17,00.

A APEM-RJ recém-organizou dois grupos de pesquisa. O primeiro estuda a posição do quarto de empregada no espaço da residência, para observar se a mudança na localização dos aposentos das empregadas domésticas no prédio afeta o relacionamento entre elas e os empregadores. O segundo é um grupo de pesquisa-ação onde as empregadas são compreendidas como mediadoras entre mulheres de classe média e as residentes na periferia, atuando como divulgadoras de informações e de conhecimentos sobre o corpo feminino. Todos os grupos são interdisciplinares.

A luz no fim do beco

Surgiu no Rio de Janeiro, em março, a mais nova publicação feminista brasileira: a revista **Sai de Beco Mulher**, trimestral. No nº 0, a comissão de redação—formada por Lúcia Avancini, Nilce Gomes, Penha Dias e Vera Espírito—afirma que a revista "não pretende esgotar temas, mas suscitar a discussão, não pretende apresentar idéias fechadas, mas estimular a reflexão e a mudança", sendo um "ponto de encontro de nossas idéias, pensamentos, vivências e emoções".

O nº 0 tem 26 páginas, mimeogra-

fadas, com ilustrações de Lúcia Avancini; artigos de Marhel Darcy de Oliveira ("Opressão da mulher: a biografia de cada uma de nós"), Marisa Figueiredo ("Mulher e trabalho") e Leonor Paiva ("Espancamento de mulheres: uma questão pública"); informes variados; descrição de grupos feministas que trabalham na área de violência e poesia. A revista pode ser adquirida através de pedidos por correspondência à Caixa Postal 21163, CEP 20110, Rio de Janeiro, RJ. Preço atual: 150 cruzeiros.

Chega de miss

Vários grupos de mulheres do Peru enviaram um abaixo-assinado ao presidente Belaunde Terry protestando contra a proposta de realização no país do próximo concurso Miss Universo. "Esses concursos estão totalmente desacreditados nos países desenvolvidos, e agora se quer utilizar países do Terceiro Mundo para sediá-los", dizem as mulheres no abaixo-assinado. Elas consideram a proposta "um atropelo à dignidade da mulher peruana" e "um desperdício de dinheiro e luxo antagônico com a austeridade exigida pelas autoridades". E pedem que outros grupos de mulheres da América Latina também enviem protestos ao governo do Peru.



"As mãos", de Evard Munch

OLHA A DISCRIMINAÇÃO!

Fora da política dos "grandes"

Nós já estivemos tantas vezes no vídeo, discutindo com opositores do feminismo, debatendo, intervindo e não houve, até o momento, interferência de donos de TV ou mesmo necessidade de se mandar calar a boca. Mas o debate — um milhão e quinhentos mil espectadores — entre Franco Montoro e Reynaldo de Barros, os dois candidatos ao governo de São Paulo, foi, sendo o primeiro de algo tão importante quanto o é a sucessão do Estado mais rico da Federação, algo extremamente típico de homens.

O prefeito, coerente com sua posição política, em nenhum momento lembrou-se de dizer que suas creches, incluídas num vasto programa popular, foi idéia brilhantemente levantada e exigida pelas mulheres que têm levado à frente o Movimento de Luta por Creches. Ponto a menos para ele, que poderia ter faturado em cima disso.

O senador Franco Montoro pecou por seu ar de superioridade, comportamento classicamente abominado para quem enfrenta câmeras e se dirige a um grande público, geralmente composto, em sua maioria, de quem ama a simplicidade, porque é simples. Ponto a menos para ele, que poderia ter enfrentado o "debate" com muito mais possibilidades de conseguir a simpatia dos indecisos.

O curioso é observar o quanto ainda se resiste em falar das chamadas minorias. O prefeito Reynaldo de Barros mostrou mesmo ser o Reynaldão, ao atribuir a um deputado "japonês" (na realidade nissei) a prova de seu interesse pelas minorias. Mas o que duvido muito é que possamos chegar a ouvir, um dia, em debate na TV, pelos políticos que estão aí, (com raríssimas exceções), a discussão livre e aberta sobre sexualidade, afe-

tividade, homossexualidade ou, mesmo, a questão do abortamento. A respeito desta, então, reina uma hipocrisia generalizada.

O debate Montoro-Reynaldo mostrou que ainda estamos, nós mulheres, riscadas do mapa das preocupações dos políticos, em que pese a forte atuação da população feminina em todos os movimentos populares e o número de eleitoras mulheres que, no Estado de São Paulo, são mais de 5 milhões. Um grande eleitorado ainda a ser conquistado, ainda a ser cativado pela simpatia e sensibilidade dos políticos.

Mais que cativado, esse eleitorado teria que ser conscientizado e é uma pena e um desperdício que tanto espaço usado na TV fique na disputa de "eu fiz mais", "eu sei mais", "você roubou mais", "você é ignorante" etc. Uma discussão nesse sentido é inteiramente machista e está em acordo com nossa realidade. Ao menos supúnhamos que sairíamos dali com um programa de atuação mais completo, que mostrasse diferenças e considerações entre as posturas políticas adotadas pelos nossos candidatos a candidatos. Sabemos, entretanto, que o senador Franco Montoro e o PMDB estão muito mais sensibilizados com o problema das mulheres. No Dia Internacional da Mulher, por exemplo, Franco Montoro apresentou projetos-de-lei que estimulam, do ponto de vista fiscal, as empresas a manterem creches.

De modo geral, porém, o papel da mulher na política foi quase que completamente apagado desse debate, porque a questão da discriminação contra a mulher na sociedade ainda não se incorporou ao ideário dos políticos, mesmo aqueles da oposição.

Irede Cardoso



Embrulhadinha uma a uma

É uma graça o Playmobil da Trol. Quem ainda não conhece, procure no supermercado ou na loja de brinquedos mais próxima de sua casa: uma série de bonequinhos articulados fabricados em plástico brilhante, colorido, tão bem acabados que até parecem brinquedo estrangeiro. Acondicionados em caixinhas, os bonecos vêm acompanhados de seus acessórios, reproduzindo tal e qual... estereótipos colonialistas, racistas e sexistas.

Eta brinquedinho preconceituoso! A começar pelas etiquetas: tudo escrito no mais castiço inglês: a **Police**, o **Saloon**, o **Bank** etc., o que nos joga direto num banguê-banguê entre mocinhos bonzinhos branquinhos e bandidões mexicanos, de sombreiro e metralhadora, cada um no seu papel bem certinho: o negro artista de circo, o branco doutor; ela de sombrinha e cestinha, ele de rei, capitão, soldado, ladrão! E se você, num esforço de coerência ideológica, tenta trocar os acessórios dos bonecos, enfrentará certamente dois obstáculos: o do bolso, pois cada personagem vem empacotado com seu acessório justo; e o da criança, pois pimpante e resplandecente na caixa, está lá bem impresso o modo correto de uso: "Tá errado, mãe, você não vê no desenho que quem tá no volante com capacete não é mulher? É homem!"

Fúlvia Rosemberg.



Las locas de mayo



Foto Ricardo Melita/Ag. F-4

Plaza de Mayo, Buenos Aires, abril de 82

MULHERIO-22



Professoras perdem estabilidade

A garantia que as professoras de escolas particulares de 1º e 2º graus do Estado de São Paulo tinham de não serem demitidas nos oito primeiros meses de gravidez foi derrubada pelos patrões, no último dissídio da categoria. Agora elas têm estabilidade apenas nos 84 dias de licença que são dados pela CLT, e mais 60 dias após a volta ao trabalho.

Inconformadas, professoras de algumas cidades, como Campinas, tentam propor acordos internos nas próprias escolas. Mas estes parecem difíceis pela intransigência dos proprietários de estabelecimentos de ensino que, durante a reunião do dissídio, disseram "jóias" como estas: "Determinadas professoras estão-se engravidando só para manter a estabilidade", "estas professoras que vão parir às custas de outros e não dos estabelecimentos de ensino" e ainda "na minha escola mulher não entra sem exame de urina". Pode?



PUBLICAÇÕES

o A Fundação Carlos Chagas acaba de editar um trabalho útil para os interessados em estudos sobre a mulher e, em geral, sobre a contribuição dos viajantes estrangeiros para a documentação dos costumes no Rio de Janeiro no século passado. Trata-se de **A mulher no Rio de Janeiro, no séc. XIX** — índice das referências em livros de viagem de estrangeiros, de Miriam Lifchitz Moreira Leite, Maria Lúcia de Barros Mott e Bertha Kauffmann Appenzeller. Nele se apresentam as referências classificadas por assunto, por data e por autor; e a referência bibliográfica completa das obras utilizadas no levantamento.

o **Reflexões** sobre a condição histórica feminina nas sociedades capitalistas e, em especial, na sociedade brasileira, estão reunidas em **O lugar da mulher — Estudos sobre a condição feminina na sociedade atual**, recente lançamento da Editora Graal. O livro é organizado por Madel T. Luz, e apresenta estudos de Anette Goldberg, Jacqueline Pitanguy, Mary Pimentel Drumont, Lélia Gonzalez, Celina Albano, Paula Montero e Elça de Mendonça Lima.

O **O Centro da Mulher Brasileira/SP** moveu em março o lançamento do livro **Ser ou não ser feminista**, de Ana Montenegro, jornalista, advogada e poetisa. Ana foi fundadora, em 1949, da Federação das Mulheres no Brasil e do extinto jornal **Momento Feminino**. No livro, ela dá um testemunho de sua experiência como militante do movimento de mulheres no Brasil e no Exterior.

O primeiro número do **Internacional Supplement to the Women's Studies Quarterly** traz um artigo de Leni Silverstein sobre o Encontro Feminista Latino Americano, poemas de poetisas portuguesas, reportagens sobre o Instituto de Estudos de Mulher da Universidade de Beirute, sobre um programa do governo jamaicano para treinamento de mulheres em profissões não tradicionais, um artigo sobre pesquisa com mulheres rurais, um programa de curso e bibliografia sobre mulher de desenvolvimento. A revista pode ser encontrada na Biblioteca da Fundação Carlos Chagas. Para envio de artigos sobre pesquisa e ensino, o endereço é: Box 334, Old Westbury, New York 11568, Estados Unidos.

Informe-se com **ISIS** — um material de leitura e referência obrigatória para quem quer se informar sobre as atividades dos grupos feministas de todo o mundo: assim é **ISIS**, boletim internacional editado por um coletivo de mulheres em Genebra e em Roma. Cada número, com cerca de 30 páginas, traz artigos de análise e informações sobre o feminismo. O primeiro número de 1982 é inteiramente dedicado ao I Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe. Há edições em inglês e em espanhol. E vale a pena assinar, sem risco de perder o dinheiro: a revista sai regularmente a cada três meses, e existe desde 1976. O valor da assinatura anual é de 20 dólares para pessoas particulares e grupos feministas, e de 25 dólares para bibliotecas e instituições. Envie seu nome, endereço e um cheque em dólar para **ISIS**, Via Santa Maria dell'Anima 30, 00186, Roma, Itália.

Msprint, publicação feminista escocesa, em seu último número, traz a resenha do livro de Bobbie Jacobson **The Ladykillers** (Pluto Press). Inesperadamente, o livro trata de tabagismo entre as mulheres. A autora, feminista, diferentemente do que vem ocorrendo na bibliografia sobre tabagismo, não culpabiliza as fumantes. Mas procura entender este hábito integrando-o na compreensão da posição subalterna da mulher. É assim que, para transmitir seu recado, usa as mesmas técnicas aprendidas nos movimentos de liberação, que não deixam as mulheres se sentirem nem seres absolutamente irracionais nem exceções solitárias.

Analisando as diferenças entre os sexos no vício de fumar, Jacobson salienta que uma maior igualdade sexual poderia explicar porque um maior número de meninas começa a fumar, mas não porque as mulheres têm maior dificuldade que os homens de largarem o cigarro.

Sua explicação: enquanto o homem tende a fumar para aumentar o seu prazer, as mulheres, por sua condição de vida, usam o cigarro como forma de se livrarem de culpa e frustração. Neste sentido, as campanhas antifumo que cul-

pabilizam as mulheres tendem a provocar um efeito contrário. Como Jacobson diz, o modo de ajudar alguém que fuma por sentimento de culpa não é lhe aumentando a culpa. **Fúlvia Rosemberg.**



Ilustração do livro *Con Gli Occhi Del Bambino*

AGENDA

A II Sessão Extraordinária das Nações Unidas sobre o Desarmamento (de 7 de junho a 9 de julho de 1982) será acompanhada por uma série de eventos paralelos (conferências, marchas, etc) organizados por uma Secretaria Internacional de Ligação (ILO) sediada em Nova York. Entre as dezenas de movimentos mobilizados pelo desarmamento encontra-se a Liga Internacional de Mulheres pela Paz e Liberdade, que previu, para o acontecimento, a realização de uma Conferência Internacional de Mulheres.

A ILO está solicitando adesões, apoio financeiro, etc. Para maiores informações: International Liaison Office, Riverside Church Tower, 19/490 Riverside Drive, New York, N. Y. 10027.

De 7 a 10 de junho de 1982 será realizado em Lima (Peru) o Congresso Pesquisas sobre a mulher na Região Andina, organizado pela Peru-Mujer. Para maiores informações, comunicar-se com Peru-Mujer, Avenida España 578 - 301, Lima 5, Peru.

A Latin American Studies Association — LASA — reuniu, em março, cerca de 1.200 pesquisadores e estudiosos num encontro sobre temas relacionados com a América Latina. Considerou-se entretanto que o número de sessões sobre estudos relativos à mulher foi insignificante, já que 30% dos membros da LASA são mulheres.

O próximo encontro da associação será realizado de 29 de setembro a 1º de outubro de 1983, na cidade do México. O grupo denominado "Task Force on Women of Latin American Studies Association", que realiza as sessões, filmes e conferências sobre a mulher na LASA, propôs que neste encontro sejam debatidos os seguintes temas: A mulher na produção e reprodução, Estado legal da mulher na colônia, Feminismo na América Latina e Pesquisa Feminista.

As pessoas interessadas em apresentar trabalhos (em inglês, espanhol ou português) devem entrar em contato com Beth Miller: Associate Professor, University of Southern California, Departamento of Spanish and Portuguese, USC Univer-

sity Park, Los Angeles, Califórnia 90007 — E.U.A. (De um informe enviado ao **Mulherio** por Mary Garcia Castro).

A exemplo do que vem acontecendo com outras associações, a Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação) também organizou um grupo de estudos sobre mulher: "Mulher e Comunicação", coordenado por Dulcília Buitoni. Para maiores informações entrar em contato com Manolo Morán, rua Conceição R. Pugliese, 135 — Butantã — 05587, São Paulo, SP — fone: 813-3523.

Mulherio compartilhou o espaço, durante o mês de março, da mostra "Pequena Imprensa: Faça uma assinatura" organizada pelo Café Paris (av. Valdemar Ferreira, 55 — São Paulo—SP). Obrigada, amigos.

ENDEREÇOS

Desde o último número de **Mulherio**, em que publicamos uma lista de grupos de mulheres por todo o país, novas entidades surgiram, outras nos deram notícia pela primeira vez. Bom sinal: sinal de que estamos crescendo, mexendo. Anote aí os novos endereços, para atualizar sua lista.

— Revista **Sai do Beco Mulher**. Caixa Postal 21.163, CEP 20.110, Rio de Janeiro, RJ.

— Grupo de reflexão "Elas por elas". Mesmo endereço anterior.

— **SOS Mulher**. Rua Coronel Neves, 114, Bairro Medianeiro, Porto Alegre, RS. 90.000.

— Associação de Mulheres de Piracicaba. R. Ajudante Albano, 447, São Dimas, Piracicaba, SP, 13.400.

— União das Mulheres de Santa Bárbara. R. João Lima, 16, Santa Bárbara do Oeste, SP, 13.450, fone (0194) 63-1335.

— **CEVAM** (mudança de endereço). Rua 90, nº 999, Setor Sul, Goiânia, GO, 74.000.

— Grupo de Trabalho Sexualidade e Política: rua Cardeal Arcoverde, 2109, Pinheiros, CEP 05407, São Paulo, SP, fone 814-5753.



CONCURSO

Preparem suas canetas, seus gravadores, suas anotações: já estão abertas as inscrições para o 3º Concurso de Dotações para Pesquisa sobre Mulher, realizado pela Fundação Carlos Chagas com recursos da Fundação Ford. Qualquer pessoa pode-se candidatar a receber uma verba de até 1,5 milhão de cruzeiros para desenvolver um estudo nas diversas áreas relacionadas à mulher. Mas atenção: as inscrições encerram-se no dia 20 de agosto.

Pode se inscrever no concurso qualquer pessoa ou grupo de pessoas com residência permanente no Brasil, independentemente de seu grau de graduação ou do fato de estar ou não ligada a uma instituição. Os trabalhos serão julgados por uma comissão organizadora composta por pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas (Carmen Barroso, Cristina Bruschini, Felícia Madeira, Fúlvia Rosemberg); da Universidade Federal de Minas Gerais (Glaura Vasques de Miranda); do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Neuma Aguiar) e do Instituto Superior de Estudos da Religião, do Rio (Leni Silverstein), assessoras por 15 especialistas que examinarão os projetos relativos à sua área de estudos.

Este é o terceiro concurso promovido pela Fundação Carlos Chagas. O primeiro, realizado em 1978, recebeu 127 candidatos e uma verba de até 120 mil cruzeiros para cada projeto. Vinte foram aprovados e financiados. Entre os pesquisadores, havia desde iniciantes, ainda estudantes universitários, até pesquisadoras consagradas, como Heleieth Saffioti e Branca Moreira Alves, que posteriormente prepararam livros com o resultado de suas pesquisas. A própria Fundação Carlos Chagas organizou duas coletâneas de artigos dos pesquisadores. A primeira, lançada sob o título de *Vivência*, foi editada pela Brasiliense. A segunda, com artigos sobre trabalho da mulher, deve sair ainda este ano.

O segundo concurso, em 1979, teve 139 candidatos, dos quais 19 tiveram seus projetos financiados em até 200 mil cruzeiros. Ele revelou uma grande diversificação na formação das pessoas interessadas no assunto: além de cientistas sociais, participaram também médicas, arquitetas, artistas, advogadas e engenheiras.

Desta vez, espera-se que o interesse seja ainda maior. Como diz Glaura Vasques de Miranda, "depois dos concursos da Fundação Carlos Chagas e da publicação dos trabalhos, a pesquisa sobre a situação da mulher, antes relegada a segundo plano na área acadêmica, passou a ser considerada um assunto sério. Além disso, os concursos abriram um canal de participação para novos pesquisadores, já que determinados

trabalhos não encontrariam condições de serem desenvolvidos através dos canais tradicionais de dotação de verbas."

Inovar as abordagens

Analisando os concursos anteriores, as participantes da comissão organizadora mostram o desejo de que este avance mais, em vários sentidos. Um deles seria a ampliação do leque de assuntos pesquisados e a abordagem de temas que ainda são insuficientemente estudados no Brasil, como a mulher no âmbito privado, sua relação com a família, sexualidade, violência, saúde, aleitamento, guarda de crianças, minorias raciais, mulher na literatura e estudos de abordagem histórica.

Não há restrições a nenhum tema que diga respeito à mulher, mas sem dúvida, alguns deles já mereceram grande número de estudos. Carmen Barroso diz: "Talvez o problema não seja nem mesmo a existência de temas muito investigados, mas de abordagens tradicionais desses temas. Um bom exemplo de abordagem nova em cima de uma temática já bastante pesquisada — a mulher e o trabalho — apareceu no segundo concurso: dois projetos abordaram o trabalho a domicílio, uma relação pouco estudada".

Qualquer que seja o tema escolhido, é importante que o candidato conheça o que já existe sobre o assunto, fazendo um bom levantamento bibliográfico, e procure apresentar um projeto que avance em relação à produção anterior. Qualquer pessoa pode solicitar a lista dos projetos aprovados nos concursos anteriores, bem como consultar a biblioteca da Fundação Carlos Chagas, que tem um vasto acervo sobre mulher.

As integrantes da comissão organizadora manifestam o desejo de estimular a colaboração inter-regional ou interinstitucional no desenvolvimento de projetos específicos. Lembram também a importância da participação de pesquisadores dos mais diversos Estados do País, pois nos dois concursos anteriores, a maioria dos projetos vinha do eixo Rio-São Paulo, seguindo uma tendência concentradora da própria cultura nacional nesta região.

Ressaltam, ainda, a importância de se vincular pesquisa e ação, tanto

na avaliação de programas como no aproveitamento que grupos de mulheres possam obter do trabalho.

Como inscrever-se

Não há um formulário específico para inscrição do projeto, mas todas as propostas deverão ser apresentadas em quatro vias contendo:

1) Projeto de no máximo 20 páginas datilografadas em espaço duplo, incluindo bibliografia, discussão conceitual e metodologia.

2) Cronograma (o trabalho deve ser executado em um ano).

3) Orçamento detalhado por itens, mostrando todos os custos, com explicações apropriadas de cada um dos itens principais, e indicando outras fontes de assistência financeira a que se tenha candidatado. (O limite de financiamento é de 1,5 milhão de cruzeiros, mas os candidatos devem-se preparar para, eventualmente, obterem uma verba inferior ao teto estabelecido.)

4) *Curriculum vitae*, incluindo especificação das atividades profissionais atuais, carga horária e remuneração ou bolsa de todos os pesquisadores.

5) Duas cartas de recomendação. Em caso de a pesquisa ser utilizada para tese, uma carta deverá ser do orientador.

6) Uma página de capa contendo o título e breve resumo da pesquisa proposta, e o nome, endereço e número de telefone do pesquisador principal, a quem deverá ser dirigida a correspondência.

Embora não haja normas rígidas para a apresentação das propostas, seria interessante que os candidatos as formulassem de maneira precisa, explicitando a referência conceitual da pesquisa ou o contexto comparativo, a contribuição específica do projeto para o conhecimento do tema, a relação entre o projeto e a literatura sobre o assunto, a bibliografia utilizada, e, por fim, as fontes e a natureza dos dados a serem coletados. O interessado também poderá apresentar cópias de trabalhos já realizados.

As propostas devem ser enviadas ao seguinte endereço: Fundação Carlos Chagas, Dotações para pesquisa sobre a mulher, Av. Professor Francisco Morato, 1565, Caixa Postal 11478, CEP 05513, São Paulo, SP.